



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO – PÓSARQ

FERNANDA MACHADO DILL

- RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA DE PÓS DOUTORADO -
CATEGORIAS DE ANÁLISE SOCIOESPACIAL: UM ESTUDO EM DIFERENTES ETAPAS DO PROCESSO
FORMATIVO DE ARQUITETOS E URBANISTAS

Supervisora: Maíra Longhinotti Felipe, Dra.

Florianópolis, março de 2021.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO – PÓSARQ

FERNANDA MACHADO DILL

- RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA DE PÓS DOUTORADO -
CATEGORIAS DE ANÁLISE SOCIOESPACIAL: UM ESTUDO EM DIFERENTES ETAPAS DO PROCESSO
FORMATIVO DE ARQUITETOS E URBANISTAS

Relatório parcial das atividades de pesquisa de Pós-doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e urbanismo
Área de Concentração 1: **Projeto e Tecnologia do Ambiente Construído** e Linha de Pesquisa 1.1: Métodos e Técnicas Aplicados ao Projeto em Arquitetura e Urbanismo.
Supervisora: Maíra Longhinotti Felipe, Dra.

Florianópolis, março de 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina, especialmente ao seu Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ-UFSC), que acolheu minhas pesquisas de mestrado, doutorado e de Pós-Doutorado, contribuindo sobremaneira para minha formação.

Registro aqui meu agradecimento especial à professora Máira Longhinotti Felipe pela supervisão da pesquisa, pelos conhecimentos compartilhados e generosidade nas trocas acadêmicas e humanas. Aos professores colaboradores da pesquisa, Ayrton Portilho Bueno, Lucas Sabino, Maristela Moraes de Almeida e Samuel Steiner dos Santos, pela possibilidade de acompanhar as disciplinas e entrar em contato com os estudantes para o acesso aos projetos.

Aos estudantes Ana Beatriz Caetano Prado, Bruna da Silveira, Natália Geraldo, Thais Nolio Santa Cruz, Ana Beatriz Chinalha, Beatriz Carvalho, Stephany Ramos, Letícia Sampaio Guimarães, Verônica Bandini, Giovanna Zuquieri, Juliana Milanez, Thainá Melo, Renata Valentini, Ananda Dias da Cunha, Flavia Lagni Hollerweger; Laís Amorim Wendhausen; Laura Pagani de Borba; Marina Cecília de Souza; Nicole Rodrigues Junckes, Gabriel Sappino Sala, Gisele Steffani Schweitzer e aos arquitetos recém formado Thayse Menezes Reis, Filipe Souza Chaves, Marcella Luiza Vettori Dalsenter e Arthur Furtado da Silva por compartilharem seus trabalhos e autorizarem a análise dos materiais para esta pesquisa.

DILL, Fernanda Machado. **Categorias de análise socioespacial: um estudo em diferentes etapas do processo formativo de arquitetos e urbanistas**. Florianópolis, 2021. Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina.

Supervisora: Máira Longhinotti Felipe, Dra.

RESUMO

Aspectos socioculturais estão presentes em qualquer projeto espacial concebido, seja na escala arquitetônica e urbana, mesmo que os projetistas não tenham considerado tais fatores diretamente na concepção do projeto. Tendo como ponto de partida pesquisa anterior da autora, o presente estudo tem como objetivo avaliar as categorias de análise socioespacial frente a sua aderência aos projetos concebidos por estudantes de diferentes fases do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC. Para tanto, a pesquisa apresenta as seguintes etapas: 1) Expansão das categorias definidas na pesquisa anterior para que pudessem ser utilizadas em diferentes contextos culturais; 2) Desenvolvimento de um instrumento de análise socioespacial; 3) Definição na amostra de projetos a serem analisados, considerando fases iniciais, intermediárias e finais do processo formativo de arquitetos e urbanistas e considerando duas escalas projetuais, a arquitetônica e a urbanística; 4) Estudo dos projetos e síntese dos resultados; 5) Revisão das categorias de análise e produção de material para o compartilhamento dos resultados da pesquisa. Destacam-se como principais resultados a identificação de todas as categorias analisadas, mesmo que em diferentes níveis de utilização e a relevância da categoria denominada Diálogo e Participação como propulsora da contemplação dos demais aspectos de análise socioespacial considerados.

Palavras-chave: Análise socioespacial; Formação de arquitetos e urbanistas; processo de projeto em arquitetura e urbanismo.

DILL, Fernanda Machado. **Categories of socio-spatial analysis: a study in different stages of the training process of architects and urban planners.** Florianópolis, 2021. Postdoctoral Research Report - Postgraduate Program in Architecture and Urbanism, Federal University of Santa Catarina.

Supervisora: Máira Longhinotti Felipe, Dra.

ABSTRACT

Sociocultural aspects are present in any conceived spatial project, be it on the architectural and urban scale, even if the designers did not consider such factors directly in the design of the project. Taking as a starting point the author's previous research, the present study aims to evaluate the categories of socio-spatial analysis in view of their adherence to projects designed by students from different phases of the Architecture and Urbanism course at UFSC. Therefore, the research presents the following steps: 1) Expansion of the categories defined in the previous research so that they could be used in different cultural contexts; 2) Development of an instrument for socio-spatial analysis; 3) Definition in the sample of projects to be analyzed, considering the initial, intermediate and final phases of the training process of architects and urban planners and considering two project scales, the architectural and the urban planning; 4) Study of projects and synthesis of results; 5) Review of the categories of analysis and production of material for sharing the results of the research. The main results are the identification of all of the categories analyzed, even if at different levels of use and the relevance of the category called Dialogue and Participation as a driver of contemplation of the other aspects of socio-spatial analysis considered.

Keywords: Socio-spatial analysis; Training of architects and urban planners; design process in architecture and urbanism.

DILL, Fernanda Machado. **Categorías de análisis socioespacial: un estudio en diferentes etapas del proceso de formación de arquitectos y urbanistas.** Florianópolis, 2021. Reporte de Investigación Postdoctoral - Programa de Postgrado en Arquitectura y Urbanismo, Universidad Federal de Santa Catarina.

Supervisora: Maíra Longhinotti Felipe, Dra.

RESUMEN

Los aspectos socioculturales están presentes en cualquier proyecto espacial concebido, sea a escala arquitectónica y urbana, incluso si los diseñadores no consideraron tales factores directamente en el diseño del proyecto. Tomando como punto de partida la investigación previa del autor, el presente estudio tiene como objetivo evaluar las categorías de análisis socioespaciales en vista de su adherencia a proyectos diseñados por estudiantes de diferentes fases del curso de Arquitectura y Urbanismo de la UFSC. Por tanto, la investigación presenta los siguientes pasos: 1) Ampliación de las categorías definidas en la investigación anterior para que puedan ser utilizadas en diferentes contextos culturales; 2) Desarrollo de un instrumento de análisis socioespacial; 3) Definición en la muestra de proyectos a analizar, considerando las fases inicial, intermedia y final del proceso de formación de arquitectos y urbanistas y considerando dos escalas de proyecto, la arquitectónica y la urbanística; 4) Estudio de proyectos y síntesis de resultados; 5) Revisión de las categorías de análisis y producción de material para compartir los resultados de la investigación. Los principales resultados son la identificación de todas las categorías analizadas, aunque en diferentes niveles de uso y la relevancia de la categoría denominada Diálogo y Participación como motor de contemplación de los demás aspectos del análisis socioespacial considerados.

Palabras Clave: Análisis socioespacial; Formación de arquitectos y urbanistas; proceso de diseño en arquitectura y urbanismo.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

FIGURA 1: REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA. FONTE: ELABORAÇÃO DA AUTORA.....	14
FIGURA 2: CATEGORIAS DE ANÁLISE SOCIOESPACIAL.....	26
FIGURA 3: ROTEIRO DE ANÁLISE.....	28
FIGURA 4: ESTUDOS PARA A PROPOSTA DA INTERVENÇÃO:.....	30
FIGURA 5: VISUAL FRONTAL E POSTERIOR DA INTERVENÇÃO.....	30
FIGURA 6: MAQUETE E PLANTA BAIXA.....	32
FIGURA 7: MAPA DE LOCALIZAÇÃO E PERSPECTIVA.....	32
FIGURA 8: PROJETO CENTRALIDADE BOSQUE DAS PALMEIRAS.....	33
FIGURA 9: SETORIZAÇÃO E PARÂMETROS UTILIZADOS.....	35
FIGURA 10: PROPOSTA – CENTRALIDADE HIDS.....	35
FIGURA 11: PROPOSTA – CENTRO DE TERAPIA OCUPACIONAL DE APOIO PSICOLÓGICO.....	37
FIGURA 12: PROPOSTA – EDIFÍCIO MULTIFUNCIONAL NO CENTRO DE FLORIANÓPOLIS.....	39
FIGURA 13: PROPOSTA – PROPOSTA URBANÍSTICA PARA O SETOR4.....	41
FIGURA 14: PROPOSTA – PROPOSTA URBANÍSTICA PARA O SETOR 3.....	43
FIGURA 15: PROPOSTA – CASA DE PASSAGEM INDÍGENA.....	45
FIGURA 16: CASA DE PASSAGEM INDÍGENA.....	45
FIGURA 17: SETORIZAÇÃO, EVOLUÇÃO VOLUMÉTRICA E PARTIDO PAISAGÍSTICO.....	47
FIGURA 18: IMPLANTAÇÃO, CORTES E PERSPECTIVAS DO PROJETO.....	48
FIGURA 19: DIRETRIZES QUANTO ÁREAS VERDES E MOBILIDADE.....	50
FIGURA 20: PROPOSTA E ESTUDO DE USOS POR CICLOS.....	51
FIGURA 21: APLICAÇÃO DAS DIRETRIZES.....	53
FIGURA 22: CATEGORIAS DE ANÁLISE SOCIOESPACIAL.....	56
FIGURA 23: INSTRUMENTO PARA ANÁLISE SOCIOESPACIAL.....	60
FIGURA 24: INSTRUMENTO PARA ANÁLISE SOCIOESPACIAL - VERSO.....	60
FIGURA 25: INSTRUMENTO PARA ANÁLISE SOCIOESPACIAL – CAPA E FORMULÁRIO.....	61

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
1.1.	JUSTIFICATIVA, RELEVÂNCIA E PROBLEMATIZAÇÃO.....	11
1.2.	OBJETIVOS.....	13
1.2.1.	<i>Objetivo geral</i>	13
1.2.2.	<i>Objetivos específicos</i>	13
1.3.	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	13
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1.	PROCESSO DE PROJETO EM ARQUITETURA E URBANISMO.....	14
2.2.	CULTURA, IDENTIDADE E ESPAÇO.....	15
2.3.	LINGUAGEM ESPACIAL.....	18
2.4.	RELAÇÃO PESSOA AMBIENTE	20
3.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.1.	EXPANSÃO E DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	23
3.2.	INSTRUMENTO, DEFINIÇÃO DOS GRUPOS PARTICIPANTES E ANÁLISE DOS PROJETOS	23
3.2.1.	<i>Definição dos grupos participantes</i>	23
3.2.2.	<i>Estudo dos projetos</i>	24
3.3.	REVISÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	24
4.	RESULTADOS DA PESQUISA	25
4.1.	EXPANSÃO E DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	25
4.1.1.	<i>Processo de identificação das categorias de análise</i>	25
4.1.2.	<i>Apresentação e descrição das categorias</i>	25
4.2.	INSTRUMENTO PARA O ESTUDO DOS PROJETOS	28
4.3.	ESTUDO DOS PROJETOS.....	29
4.3.1.	<i>Estágio inicial de formação: ARQ 5633 Projeto arquitetônico e paisagístico I</i>	29
4.3.2.	<i>Estágio inicial de formação: ARQ 5603 Urbanismo e Paisagismo II</i>	33
4.3.3.	<i>Estágio intermediário de formação: ARQ 5637 Projeto arquitetônico V e ARQ 5638 Projeto arquitetônico V</i>	37
4.3.4.	<i>Estágio intermediário de formação: ARQ 5606 Urbanismo e paisagismo IV</i>	40
4.3.5.	<i>Estágio final de formação: Trabalho de conclusão de curso - Projeto Arquitetônico</i>	44
4.3.6.	<i>Estágio final de formação: Trabalho de conclusão de curso - Projeto Urbano</i>	50
4.3.7.	<i>Síntese dos resultados</i>	54
4.4.	REVISÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	56
4.4.1.	<i>Componentes complementares</i>	56
4.4.2.	<i>Fronteiras simbólicas e espaciais</i>	57

4.4.3.	<i>Aproximação com o contexto global e local</i>	58
4.4.4.	<i>Valores culturais e comunitários</i>	58
4.4.5.	<i>Diálogo e participação</i>	59
4.5.	COMPARTILHAMENTO DO INSTRUMENTO	60
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
6.	REFERÊNCIAS	64
	APÊNDICE 01	68

1. INTRODUÇÃO

A sociedade pós-moderna, caracterizada por fenômenos como a desterritorialização, o desmanche de fronteiras, a efemeridade das produções e das relações humanas, faz emergir uma série de discussões entorno de elementos identitário, ambientais e culturais que têm transformado o fazer arquitetônico e urbanístico das últimas décadas. Por consequência, discutem-se os produtos espaciais deste tempo e a lógica sobre a qual são concebidos, uma vez o arranjo físico espacial que caracteriza o desenvolvimento urbano e arquitetônico é produto único de uma sociedade específica e sua cultura (KING, 1995).

A partir desse contexto, desde a pesquisa de mestrado, que teve início em 2015 nesse programa, e dando sequência aos estudos no doutorado, também no PósARQ, busquei compreender as relações entre um modo de viver específico e os espaços produzidos a partir dessa ordem cultural. Estes estudos foram realizados tendo como objeto de pesquisa, comunidades indígenas Kaingang localizadas no oeste do estado de Santa Catarina, uma vez que as populações indígenas são consideradas um caso de especificidade cultural com diálogos interétnicos recorrentes.

Ao interagir, compreender e analisar um povo com tamanha complexidade e identidade cultural, bem como observar e vivenciar seus espaços, foi possível identificar categorias de análise que visam orientar o olhar dos profissionais que serão responsáveis por futuras intervenções espaciais nesses lugares, com o objetivo de valorizar a cultura nativa, e ir à contramão do processo de homogeneização observado globalmente. As categorias identificadas são as seguintes: Contraste, equilíbrio e mutualidade; Fronteiras simbólicas e espaciais; Unidades domésticas e agrupamentos familiares; Ambientes de manifestação cultural; Valores comunitários; Participação e diálogo. Acredita-se a utilização de tais categorias nas etapas preconcepção do processo projetual, pode contribuir na elaboração de produtos espaciais mais aderentes ao contexto local, configurando-se enquanto elementos de identificação cultural e respeito à diversidade, característica do cenário nacional.

Outro aspecto que motiva a continuidade dos estudos é a complexidade das demandas espaciais, que articulada aos avanços das tecnologias digitais, da comunicação e da informação tem interferido substancialmente nos processos projetuais arquitetônicos e urbanísticos. Se até poucos anos a influência das tecnologias se limitava à representação espacial, atualmente caracterizam-se como estratégias de concepção e avaliação dos projetos¹. Nesse contexto, entende-se que etapas preconcepção, com foco na análise crítica e holística acerca das inúmeras variáveis que se articulam para a criação dos espaços, merece atenção especial.

¹ Pode-se exemplificar tal processo com o uso do desenho paramétrico, com a ascensão do BIM, que implica na modelagem da informação no processo projetual, e mais recentemente com a sistematização de processos generativos digitais que auxiliam a geração e avaliação de geometrias a partir de parâmetros controlados digitalmente.

Nesse sentido, a pesquisa pretende analisar e discutir tais categorias de análise socioespacial² de acordo com sua identificação nos projetos desenvolvidos por estudantes de diferentes fases do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Estima-se após o processo de avaliação das categorias identificadas e sua adequação frente ao contexto do processo formativo de profissionais na área, os resultados da pesquisa possam contribuir para delinear estratégias colaborativas e multidisciplinares de análise socioespacial, que possam subsidiar as etapas seguintes do processo de projeto para diferentes especificidades culturais e espaciais.

1.1. Justificativa, relevância e problematização.

A justificativa do estudo se fundamenta nos seguintes fatores: a possibilidade de forma espacial se apresentar como aspecto de identificação cultural; a carência de suporte metodológico aderente ao contexto nacional para análise socioespacial; a necessidade da concepção de projetos que considerem estratégias colaborativas e interdisciplinares a fim de resultar em intervenções mais adequadas e responsivas ambiental, social e culturalmente e a necessidade de avaliar as categorias de análise já identificadas frente a sua representatividade nos projetos desenvolvidos por estudantes em diferentes fases de formação.

O Brasil, em função de sua construção histórica, alicerçada na interação entre diversos povos desde os nativos pré-coloniais, passando pelas interações durante a colonização e os movimentos de expansão comercial e territorial, tem como principal característica de seu povo, **a diversidade cultural**. É possível observar, nos inúmeros modos de viver no território brasileiro, especificidades que se caracterizam pela culinária, forma de falar, rituais, economia, comemorações, bem como pelas interações com o espaço. No entanto, na arquitetura e no urbanismo brasileiros, pode ser observada certa homogeneização que, principalmente em espaços de uso coletivo, habitações de interesse social e edificações de instituições públicas, admite a implantação de padrões arquitetônicos preestabelecidos.

Estes padrões muitas vezes ignoram as especificidades culturais e ambientais de cada região e sofrem influência de um modelo construtivo externo³, que sem aderência ao contexto local, estabelecem pouca relação com o entorno no qual se inserem. Em contraposição a esse contexto, emerge a possibilidade da forma espacial se apresentar como aspecto de identificação cultural. Em inúmeras culturas, observa-se que a forma dos lugares, o material utilizado nas construções e mesmo o modo de fazer, revelam características culturais que, absorvidas pelo espaço, criam em seus usuários

² A pesquisa parte de categorias de análise socioespacial identificadas na pesquisa de doutorado da proponente, finalizada em 2019.

³ Pode ser citado como exemplo modelo europeu ou norte americano, inúmeras vezes replicado em território nacional.

um sentimento de identificação com o lugar e afirmam sua imagem e especificidade em relação às sociedades envolventes.

No entanto, mesmo quando se tem a intenção de considerar pré-existências e especificidades culturais, observa-se a carência de suporte metodológico aderente ao contexto nacional para esta análise socioespacial. Ao interagir com contextos culturais diferentes do seu de origem, os profissionais de arquitetura e urbanismo tem dificuldade compreender para onde seu olhar deve ser direcionado no sentido de entender a complexidade que envolve as relações mútuas construídas entre cultura e espaço. Nesse sentido, com base nas categorias de análise socioespacial identificadas na pesquisa em torno no Povo Kaingang, busca-se o aprofundamento dos estudos, com o intuito de redesenhá-las para que se adaptem a diversos contextos culturais e subsidiem intervenções espaciais.

A compreensão dessa questão passa pela pesquisa a respeito das especificidades culturais, pela análise espacial e inter-relação desses aspectos espaciais e sociais/culturais, na tentativa de compreender e descrever uma linguagem socioespacial para cada contexto a fim de apreendê-las e interpretá-las, para que posteriormente possam ser reescritas por meios de intervenções adequadas no espaço.

A observação do distanciamento entre obras públicas e seus usuários, leva a mais um fator que justifica esta pesquisa: a necessidade da concepção de projetos que considerem estratégias colaborativas e interdisciplinares a fim de resultar em intervenções mais adequadas e responsivas ambiental, social e culturalmente. Acredita-se que ouvir os usuários em diferentes etapas do processo projetual e construir um canal de comunicação mais colaborativo e multidisciplinar pode, além de apoiar os projetistas na tomada de decisão, contribuir para a produção de espaços que de fato abracem a diversidade humana que os cerca.

Além da abordagem de processos de projeto participativo, a pesquisa realizada anteriormente elencou outras categorias de análise socioespacial. Considerando que tais categorias foram identificadas a partir dos estudos com um grupo cultural específico, surge a necessidade da avaliação das mesmas do que diz respeito à sua aderência junto as diferentes etapas do processo formativo de profissionais da área de arquitetura e urbanismo. Justifica-se então esta pesquisa, para que possíveis adequações possam ser realizadas, qualificando as categorias de análise e ampliando sua utilização.

As justificativas apresentadas reiteram a responsabilidade dos projetistas no sentido de pensar cidades e edificações para futuros pluralistas e complexos que se apresentam. Na mesma linha de pensamento, evidencia-se a necessidade de considerar tais aspectos na formação dos novos profissionais, para que possam fazer uso de novas tecnologias de forma responsável e equilibrada, como suporte na geração de projetos aderentes aos diferentes contextos e concebidos com bases sólidas em um pensamento reflexivo, multidisciplinar e crítico.

Acredita-se que definir categorias de análise socioespacial, com estratégias claras para a observação de múltiplos aspectos ambientais, culturais e espaciais, pode subsidiar propostas arquitetônicas e urbanísticas intimamente ligadas com os anseios e necessidades dos usuários, bem como adequadas ambientalmente aos lugares que compõe.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

Avaliar as categorias de análise socioespacial frente a sua aderência aos projetos concebidos por estudantes de diferentes fases do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC.

1.2.2. Objetivos específicos

- a) Expandir as categorias de análise socioespacial definidas na pesquisa anterior para que possam ser utilizadas em diferentes contextos culturais;
- b) Analisar a utilização das categorias de análise socioespacial definidas a partir de experiências de projetos desenvolvidos por alunos de graduação em arquitetura e urbanismo;
- c) Redesenhar as categorias de análise a partir das experiências colaborativas realizadas, aprofundando a descrição das estratégias metodológicas abordadas;
- d) Desenvolver material de apoio às disciplinas de projeto que subsidiem as análises socioespaciais nas etapas iniciais do processo de projeto.

1.3. Delimitação da pesquisa

A exploração das categorias de análise, bem como sua sistematização para constituir um material de apoio para o processo projetual, tem sua delimitação na análise de propostas espaciais desenvolvidas por estudantes das disciplinas de projeto no curso de graduação em arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa conta com professores e estudantes parceiros que aceitaram contribuir com a pesquisa nesse momento de ensino remoto emergencial, disponibilizando os projetos e autorizando a análise do material para a pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O suporte teórico desta pesquisa é construído a partir do estudo dos processos de projeto em arquitetura e urbanismo na contemporaneidade, especificamente voltado para as etapas preconcepção, com foco nas análises socioespaciais e nas categorias identificadas para este fim, construídas a partir da articulação das temáticas: cultura, identidade e espaço; linguagem espacial e relação pessoa ambiente, conforme ilustra a Figura 1 abaixo:

Figura 1: Referencial teórico da pesquisa.



Fonte: Elaboração da autora.

Neste projeto, serão apresentados brevemente os principais conceitos vinculados a cada uma das temáticas abordadas, bem como os principais autores e pesquisas consideradas até o momento.

2.1. Processo de projeto em arquitetura e urbanismo

Os avanços tecnológicos e as mudanças globais das relações sociais e econômicas influenciam os trabalhos em arquitetura e urbanismo. No Brasil, o contexto contemporâneo contempla o crescimento das cidades, o agravamento das condições de moradia e infraestrutura básica, a crescente preocupação com problemas ambientais, a ascensão de diversas tribos urbanas, que constituem as cidades e buscam identificação e acesso aos espaços públicos principalmente, entre outros fatores. Essas características trazem exigências sobre o trabalho do arquiteto e demandam um aprimoramento dos procedimentos adotados e a aplicação de metodologias mais sistemáticas de pesquisa e projeto (KOWALTOWSKI, et al. 2006).

O processo de criação em arquitetura e urbanismo não possui, a priori, métodos rígidos, mas existe uma lógica de processo que compreende etapas utilizadas pela maioria dos profissionais.

De acordo com Moreira (2013), o projeto arquitetônico envolve a ação criativa, o acúmulo de informações e de experiências, a formulação de hipóteses, a verificação das ideias, um sistema de notações próprias, que enfrenta desafios complexos. Lawson (2011) aponta que o papel do projetista está intimamente relacionado aos anseios que se tem sobre a sociedade e seu direcionamento, evidenciando a relação entre processo de projeto e contexto sociocultural.

Produzir uma arquitetura centrada no seu sujeito implica em pensá-la, projetá-la com compromisso no atendimento das necessidades humanas e ao contexto sociocultural presente. Comprometer-se com o caráter contextual no projeto de arquitetura e urbanismo significa conhecer as bases culturais que inspiram as necessidades e expectativas dos diferentes grupos de usuários.

A sociedade atual, complexa, é caracterizada por atividades não lineares (MORIN, 2000), o que implica em alta especialização e no elevado número de profissionais e conhecimentos envolvidos nos processos de projeto (SILVA, 1998), onde uma das poucas constantes é a produção de novas variáveis a serem consideradas. As transformações socioculturais no processo projetivo em arquitetura são apresentadas por diversos autores (ALEXANDER, 1964; LAWSON, 2011; MALARD, 2006; MARTÍNEZ, 2000; RASMUSSEN, 2002; SILVA, 1998), entre outros.

Segundo Donald Schön, o profissional experimenta e repensa seu processo de conhecer-na-ação de modo a levantar novas questões e possibilidades a partir do problema de projeto (SCHÖN, 2000). Assim, ao mesmo tempo em que analisa o contexto para o qual pretende projetar e reestrutura a forma de conceber o problema, propõe experimentos para testar suas novas compreensões, que ganham materialidade nas etapas de concepção projetual.

Ao considerar o processo de projeto não como uma receita, mas como um conjunto de estratégias que cada profissional busca construir para chegar à materialização de propostas espaciais adequadas, evidencia-se que a etapa de análise é fundamental e pode orientar o restante do percurso projetual. Nesse sentido, durante a pesquisa de doutorado da proponente, foram descritas algumas categorias de análise sociespacial, identificadas a partir da pesquisa junto às comunidades indígenas do Povo Kaingang, no oeste do estado de Santa Catarina. Cabe destacar que as bases teóricas utilizadas na pesquisa, permanecem relevantes para o seguimento dos estudos. Por isso, destacam-se na sequência alguns conceitos fundamentais para o entendimento das outras três temáticas consideradas.

2.2. Cultura, identidade e espaço.

Cultura pode ser compreendida como o conjunto de ações humanas, um aspecto da realidade social, passível de apreensão, descrição e representação (BAUMAN, 2012). A cultura se estabelece na articulação de diversos agentes, por vezes antagônicos entre si, uma negociação sempre envolta em uma série de incertezas, ambiguidade e complexidade:

A ambiguidade que importa, a ambivalência produtora de sentido, o alicerce genuíno sobre o qual se assenta a utilidade cognitiva de se conceber o habitat humano como o “mundo da cultura”, é entre “criatividade” e “regulação normativa”. As duas ideias não poderiam ser mais distintas, mas ambas estão presentes – e devem continuar, na ideia compósita de “cultura”, que significa tanto inventar quanto preservar, descontinuidade e prosseguimento, novidade e tradição, rotina e quebra de padrões, seguir as normas e transcende-las, o ímpar e o regular, a mudança e a monotonia da reprodução, o inesperado e o previsível (BAUMAN, 2012, p. 18).

As reflexões sobre o conceito, bem como a forma de compreendê-lo são inúmeras, no entanto, todas surgem da riqueza de se observar a diversidade dos modos de viver humanos. A cultura precisa ser pensada, segundo Kuper (2002) como uma questão de ideias e valores, uma atitude mental coletiva. As ideias, valores, cosmologia, princípios morais, modo de viver, organização espacial e estética, são expressos por meio de símbolos, caracterizando a cultura como um sistema simbólico. Na mesma linha, Edward Tylor (1958), responsável pela primeira definição de cultura do ponto de vista antropológico, define cultura como sendo todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética.

Keesing (1974) em seu artigo "*Theories of Culture*", faz um panorama das tentativas para se obter algum consenso sobre o conceito de cultura. Ele descreve primeiramente, as teorias que consideram a cultura como um sistema adaptativo, sistemas que servem para moldar as comunidades humanas à sua essência biológica, incluindo para isso, adequações nos modos de organização social e política e o emprego de novas tecnologias.

Em segundo lugar, o autor se refere a teorias idealistas de cultura, que subdivide em três abordagens: 1) Cultura como sistema cognitivo, caracterizada por ter a análise dos modelos construídos pelos membros da comunidade a respeito de seu próprio universo, considerando a cultura, um sistema de conhecimento; 2) Cultura como sistemas estruturais, que tem como seu principal representante Claude Lévi-Strauss (1968), cujo trabalho tem sido o de descobrir na estruturação de domínios culturais (mito, arte, parentesco e linguagem), princípios da mente que geram essas elaborações culturais; e 3) A abordagem que considera cultura como sistema simbólico, desenvolvida por Clifford Geertz (2001) e David Schneider (1968), que compreende o conceito obtido através das interpretações complexas desses símbolos e significados partilhados pelos atores membros de um sistema cultural. As características descritas para as três abordagens não são excludentes, portanto, não precisam ser vistas de forma isolada. Nota-se ainda a possibilidade de associá-las na direção da ampliação do conceito de cultura.

Ao expor e discutir brevemente os conceitos aqui apresentados define-se a cultura como um sistema complexo aprendido, no qual qualquer pré-disposição genética ou geográfica é superada pelas práticas vivenciadas e observadas cotidianamente. Percebe-se então a cultura como um potencial instrumento de identificação coletiva, onde o modo de viver de um grupo, estabelece fronteiras com outros modos de viver e essas interações produzem materialmente o espaço físico, reflexo e identidade do contexto cultural ao qual pertencem (DILL, 2019).

Este caráter de identificação coletiva ligado à cultura, faz com que a questão da identidade seja extensamente discutida, tanto na arquitetura e no urbanismo quanto na teoria social. Alguns arquitetos como Amos Rapoport (2005) e Simon Unwin (2013) entre outros, questionam e discutem o quanto os produtos arquitetônicos e urbanísticos carregam uma identidade, que está, ou deveria estar

intimamente ligada a de seus usuários e/ou a de seus projetistas, revelando o contexto cultural em que se encontram.

Quando se fala de identidades culturais, autores como Stuart Hall (2005), Adan Kuper (2002), Zygmunt Bauman (2005) e Tomaz Tadeu da Silva (2000), por exemplo, discutem o conceito, e relacionam identidade e diferença na contemporaneidade. Hall (2006) discorre sobre a identidade na Pós-Modernidade (localização temporal) questionando inicialmente a tão falada crise de identidade: "[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, agora estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como unificado." (HALL, 2006, p. 7). O autor afirma que, em função da estrutura das sociedades pós-modernas, as identidades estão sendo descentradas, isto é, deslocadas e em alguns casos, fragmentadas.

As categorias tempo e espaço, fundamentais para a compreensão da sociedade, de sua cultura e identidade, passam por um processo de superação. Observa-se um todo fragmentado, multifacetado e com possibilidades inesgotáveis de interpretações. Nessa perspectiva, Hall (2005) sugere pensar o conceito de identidade sob rasura⁴, no intervalo entre a imersão e a emergência, uma ideia que não pode ser pensada de forma antiga, mas que, no entanto, não pode sequer ser pensada sem antigas questões-chave. Na tentativa de rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas é que a questão da identidade aparece. O autor discute ainda o conceito de identificação, construído a partir do reconhecimento de características compartilhadas, que consiste em um processo de articulação nunca completado e está sujeita ao "jogo" da *differance*, que obedece a lógica do mais do que um, o fechamento e a amarração de fronteiras simbólicas e a produção do efeito de fronteiras. "Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora - o exterior que a constitui" (HALL, 2005, p. 106). Nesse contexto, do qual surgem regras para as relações humanas, é fundamental a compreensão do papel do lugar, como palco dessas interações diversas e por vezes compostas e contraditórias. Como coloca Tuan (1983), o lugar transcende as limitações do espaço geométrico, à medida que através de relações sociais, os grupos atribuem a ele valor. Um espaço transforma-se em lugar sob o impacto funcional do meio ecológico, nas ações humanas estabelecidas a partir dos modos de produção, nas mudanças, substituições e apropriações que servem as atividades humanas (SANTOS, 1985). Assim, na interação com o espaço, diferentes grupos étnicos constroem significações e relações, que podem, por influência do lugar amenizar ou reforçar tais fronteiras étnicas.

Na construção desses significados nasce a identidade do lugar. Em arquitetura e urbanismo, a identidade de lugar é definida como uma subestrutura da identidade pessoal que incorpora as

⁴ Hall (2005) define a identidade sob rasura no sentido considerar o conceito, em revisão ou correção, na medida em que se transforma de acordo com o meio social de suporte.

cognições sobre o mundo em que os indivíduos vivem, contemplando as memórias, ideias, relações sociais, sentimentos, atitudes, valores e preferências acerca dos diversos ambientes em que estão inseridos (PROSHANSKY, 1983).

Na mesma abordagem, os espaços arquitetônicos, só podem ser observados ou analisados a partir do contexto no qual se inserem. A compreensão do contexto sociocultural e das limitações, que formam esses lugares, podem ser os aspectos mais importantes para conseguir interpretá-los (RAPOPORT, 1971). Assim, é necessário conhecer aspectos subjetivos do grupo no qual se pretende realizar alguma intervenção arquitetônica, ressaltando que a arquitetura deve ser direcionada aos interesses das pessoas que a irão utilizar. Unwin (2013) aprofunda o tema argumentando sobre o protagonismo e o envolvimento do usuário na definição do desenho arquitetônico, o que possibilita projetar lugares identificáveis.

A partir das considerações de Unwin (2013), conclui-se que a criação do lugar não é exclusividade do fazer arquitetônico ou urbanístico, pois as pessoas atribuem significados aos espaços ininterruptamente.

2.3. Linguagem espacial

As práticas humanas, bem como seus produtos (resultados materializados no espaço), têm como possibilidade a comunicação, mesmo que esta ocorra de forma não intencional. Por esse viés, compreende-se a arquitetura e o urbanismo, como potenciais objetos de comunicação não verbal, carregados de significado, transmissores de valores culturais provenientes do contexto do qual fazem parte.

Reforçando a importância da leitura espacial e da possibilidade de influência da forma espacial sobre as ações humanas, autores como Lynch (1997), Giddens (2002) e Hillier e Hanson (1984), destacam que esse processo de compreensão do espaço pode construir um vasto sistema de referências para os seres humanos, fazendo com que os espaços ordenem e/ou condicionem as atividades, crenças e conhecimentos, uma vez que a pessoa não é apenas espectadora do espaço, mas parte ativa dele. A imagem ambiental pode ser decomposta em identidade (identificação de um objeto por sua diferenciação em relação ao resto das coisas - unicidade), estrutura (incluir a relação do objeto com o observador e com os demais objetos) e significado (prático ou emocional em relação ao observador) (LYNCH, 1997).

Além disso, o autor coloca duas características que auxiliam essa leitura e a percepção dos espaços quanto à identidade, estrutura e significado: a legibilidade e a imageabilidade. A legibilidade se caracteriza enquanto um conjunto de características espaciais que facilitam a leitura do espaço, no sentido que o estruturam e o identificam. Um lugar fácil de perceber onde estamos para onde vamos, compreensível. E a imageabilidade é a característica de um espaço que lhe “[...]confere alta

probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador” (LYNCH, 1997, p. 11), um elemento ou conjunto de elementos que facilita a criação de imagens mentais claramente identificadas.

Lynch (1997) apresenta, com base em pesquisas que se utilizam de entrevistas, mapas mentais e observações sistemáticas, uma classificação das formas físicas da cidade em cinco elementos: vias, canais de circulação por onde o observador se locomove; limites, fronteiras entre duas regiões, quebras de continuidade lineares; bairros, regiões reconhecíveis por possuírem características semelhantes; pontos nodais, pontos de convergência, junções, locais estratégicos de uma cidade nos quais o observador pode entrar, uma rótula por exemplo; e marcos, que são também locais de referência, mas o observador não consegue penetrar, tais como um monumento ou uma montanha.

Apesar de ler o espaço a partir dos elementos físicos definidos acima, tais elementos só são compreendidos através da relação entre eles e com as pessoas que ocupam esses espaços. Assim, a leitura dos lugares a partir dessa estratégia possibilita questionar o grau de influência ou de abrangência social de espaços fisicamente constituídos.

Outros autores da arquitetura e do urbanismo dedicam-se a decodificar o espaço para relacioná-los às práticas humanas a ele associadas. Rapoport (1978), por exemplo, busca a leitura do ambiente por um caminho diferente, uma vez que propõe três questões na análise: a primeira diz respeito à compreensão dos seres humanos, individualmente e nos grupos sociais dos quais fazem parte; a segunda identifica os efeitos do espaço no comportamento humano; e a terceira que busca compreender um mecanismo que possa formular a interação entre as pessoas e os espaços. O autor ainda coloca que o desenho urbano pode ser compreendido como um sistema de organização do espaço, do tempo, do significado e da comunicação, no qual as características psicológicas, sociológicas e culturais se expressam.

O espaço se experimenta como uma extensão tridimensional do mundo que nos rodeia: intervalos, relações e distâncias entre pessoas, entre pessoas e coisas, entre coisas, o espaço está no coração do meio ambiente construído. A organização espacial é, de fato, um aspecto mais fundamental que a forma e os materiais. (RAPOPORT, 1978, p. 24).

Ao compreender o espaço como linguagem, torna-se possível a definição de estratégias de leitura espacial, que deve ser refeita ou complementada a cada olhar lançado sobre o espaço. A apreensão do espaço se dá na articulação entre o que estamos vendo e as experiências emocionais e culturais de cada um de nós. Forma-se então a imagem ambiental, cuja definição para esta pesquisa é desenvolvida unindo as concepções de Lynch (1997) e Rapoport (1978), e composta pelos seguintes elementos: identidade (identificação de um objeto por sua diferenciação em relação ao resto das coisas – unicidade), estrutura (incluir a relação do objeto com o observador e com os demais objetos, portanto

identifica os efeitos do espaço no comportamento humano) e significado (prático ou emocional em relação ao observador e resultado da interação das pessoas com os espaços).

2.4. Relação pessoa ambiente

Os conceitos aqui tem apoio na Psicologia Ambiental, área do conhecimento que possui caráter interdisciplinar, abarcando conhecimentos teóricos não só da psicologia como também das áreas de Arquitetura e Planejamento Ambiental, Geografia e Ciências Bio/Ecológicas (BONNES; SECCHIAROLI, 1995). Os principais conceitos abordados são: percepção ambiental, comportamento socioespacial e ecológico, *behavior setting*⁵ e *Place Attachment* (Apego ao lugar), bem como as relações entre eles.

A relação entre os seres humanos e os ambientes que habitam, ocorre através de trocas dinâmicas, com mútuas influências, esclarecendo assim que, "[...] não só o homem é influenciado pelo ambiente, mas também o entorno em que vive (ou se encontra) é fruto de sua ação [...]" (ELALI; MEDEIROS, 2011 p. 13).

A Psicologia Ambiental surge como a área do conhecimento voltada para o estudo dessas relações recíprocas entre pessoa e ambiente, objetivando segundo Sommer (2000), compreender a construção de significados e os comportamentos relacionados aos diversos espaços de vida, bem como as modificações e influências suscitadas pela subjetividade humana inserida nesses ambientes.

Esta área do conhecimento analisa as percepções, atitudes e comportamentos das pessoas em relação com o contexto físico-social em quatro níveis: microambiente (espaços privados, moradia, etc.); ambiente de proximidades (vizinhança, local de trabalho, praças, etc.); ambientes coletivos públicos (cidade, aldeia) e ambiente global (o mundo, a sociedade em geral) (MOSER, 2005). Assim, de acordo com a escala de análise podem ser percebidos diferentes níveis de interrelação entre aspectos físicos, não físicos (psicológicos ou pessoais do usuário do espaço) e socioculturais (atitudes coletivas).

A percepção é uma interpretação com o fim de nos restituir a realidade objetiva, através da atribuição de significado aos objetos percebidos. Assim, ver, é diferente de perceber (GIBSON, 1974). Rapoport (1978) aponta a percepção como o mecanismo mais importante para relacionar as pessoas com seu meio ambiente, e indica que está, está fortemente vinculada com a cultura. Para Merleau-Ponty (1999), a percepção é fundamental para a compreensão do ser humano no mundo, afirma que é a partir da relação com o ambiente habitado que os seres humanos se reconhecem.

Os seres humanos estabelecem relações interpessoais que se desenrolam em ambientes naturais ou projetados, que, por sua vez, interferem na forma como as relações humanas acontecem. O simples fato de estar envolvido por um ambiente, faz com que a pessoa estabeleça, conscientemente ou não,

⁵ Unidades ecocomportamentais que correspondem a padrões estáveis de comportamento que ocorrem em tempo e espaço determinados (PINHEIRO, 2011).

relações com esse meio. Esse conjunto de "trocas" entre pessoas e ambientes refletem emoções, sensações, valores culturais e simbólicos, contratos sociais e posturas comportamentais, revelando assim, o comportamento socioespacial humano.

A relação com o espaço, muitas vezes é orientada pelo caráter de poder que a posse de um determinado território pode designar, assim,

[...] o uso ou posse de porções do espaço expressam o poder relativo das pessoas ou grupos na sociedade de modo que a dimensão espacial e a ordem social são correlatas, expressam-se mutuamente e interagem constantemente na definição dos contornos de nossas identificações com pessoas, grupos, instituições e o ambiente socio-físico. (PINHEIRO; ELALI, 2011, p. 144).

Um conceito fundamental para o entendimento do comportamento socioespacial humano é a territorialidade, caracterizada pelo domínio, posse ou desejo de posse de uma área visível por um indivíduo ou grupo, podendo se manifestar por meio de um comportamento de apropriação, ocupação, defesa, demarcação, personalização e imposição de limites sociais, como as regras de utilização em ambientes institucionais (GIFFORD, 2007).

Para contribuir nesse entendimento, recorre-se às pesquisas de Barker e Whigh (1954), que discutem a partir do olhar da Psicologia ecológica, a influência do contexto no comportamento humano. Isto é, para cada contexto específico, construído a partir de fatores espaciais, sociais e humanos de forma inseparável, existe um modelo de comportamento humano correspondente. *Behavior setting* é a unidade ou conjunto natural relacionado com a organização dos acontecimentos da vida diária, unidades comportamentais que correspondem a padrões de comportamento que ocorrem em tempo e espaço determinados (BARKER, 1968).

Este conceito trata ambiente e comportamento em uma relação de interdependência, admitindo que aspectos socioculturais, ecomportamentais e espaciais influenciam as ações sociais praticadas nos ambientes pelos quais estão envolvidas, definindo de forma relacional, recíproca e dinâmica o comportamento socioespacial humano.

Conforme Elali e Medeiros (2011), as relações estabelecidas com os espaços, podem desencadear o que as autoras colocam como apego ou vínculo com o lugar, um conceito complexo e multifacetado e seu estudo exige atenção às características físico-espaciais do local e os significados simbólico-afetivos a eles associados pelos indivíduos ou grupos. Para as mesmas autoras, existem três dimensões essenciais para o entendimento desse conceito: funcional, simbólica e relacional.

A dimensão funcional diz respeito ao papel do espaço físico como elemento que atrai, encoraja ou inibe o movimento, interfere nos comportamentos que ali ocorrem e podem gerar tanto produtividade, quanto estresse. A dimensão simbólica refere-se ao conteúdo simbólico de origem sociocultural e individual que interfere na forma como as pessoas interagem com o espaço. Por fim a

dimensão relacional corresponde à interação dinâmica entre o envolvimento social cotidiano e as características do ambiente onde o mesmo ocorre (ELALI; MEDEIROS, 2011).

"O que começa como espaço indiferenciado, transforma-se lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor" (TUAN, 1983, p. 6). Nesse processo da construção da ligação entre pessoas e lugares, "[...] o espaço habitado, transcende o espaço geométrico [...]" (BACHELARD, 1958, p. 47), permitindo ações que transcendem a função e se revelam enquanto experiências.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo constitui uma pesquisa qualitativa, que utiliza os seguintes procedimentos metodológicos e instrumentos de pesquisa:

3.1. Expansão e descrição das categorias de análise

Nessa etapa, as categorias de análise socioespacial identificadas na pesquisa junto às comunidades do Povo indígena Kaingang, foram revisadas e descritas com o objetivo de generalizá-las para permitir que pudessem ser aplicadas à análise de qualquer grupo cultural.

3.2. Instrumento, definição dos grupos participantes e análise dos projetos

Após a revisão e descrição das categorias de análise, foi desenvolvido um roteiro de estudo do projeto, composto por questionamentos que foram respondidos pela pesquisadora sobre as propostas projetuais desenvolvidas pelos estudantes. O diagrama integra os objetivos de cada categoria de análise, as perguntas sobre o projeto e os elementos que auxiliam nas respostas.

3.2.1. Definição dos grupos participantes

Para compreender a adoção das categorias de análise em diferentes fases do processo formativo de arquitetos e urbanistas na Universidade Federal de Santa Catarina, bem como a compreensão das mesmas tanto na escala da edificação quanto na do planejamento urbano, foram definidas três fases diferentes, quatro disciplinas e os trabalhos de conclusão de curso, conforme o quadro abaixo:

Quadro 01: grupos participantes da pesquisa

Estágio da formação	Escala	
	Arquitetônica	Urbanística
Inicial	Projeto arquitetônico e paisagístico I 2ª Fase	Projeto Urbanismo II 5ª Fase
Intermediário	Projeto Arquitetônico V e VI 7ª e 8ª Fase	Urbanismo e Paisagismo IV 7ª Fase
Final	TCC – Projetos na escala arquitetônica 10ª Fase	TCC – Projetos na escala urbana 10ª Fase

Fonte: Elaboração própria.

Para a escolha das disciplinas, considerou-se, não apenas a fase do curso, mas a experiência projetual oferecida pela disciplina. No caso do estágio inicial, considerou-se a segunda disciplina em cada uma das escalas, excluindo-se assim a disciplina de Introdução ao Projeto de Arquitetura e do

Urbanismo (1ª Fase) e Urbanismo I (4ª Fase). Para o estágio intermediário, na escala da edificação foram consideradas duas disciplinas pois os projetos iniciam-se na sétima fase e tem continuidade na oitava. Por fim, os Trabalhos de conclusão de curso, são realizados majoritariamente na décima fase e marcam a finalização do processo formativo dos estudantes. Para cada escala de projeto considerada em cada momento de formação, serão analisados 3 projetos escolhidos aleatoriamente, totalizando 18 projetos como amostra dessa pesquisa.

Cabe destacar que a colaboração dos professores que ministraram as referidas disciplinas no semestre 2020.1 na UFSC foi fundamental para estabelecer o contato com os estudantes e conseguir autorização para a inclusão de seus projetos nessa pesquisa.

3.2.2. Estudo dos projetos

Cada um dos projetos foi descrito e analisado a partir do instrumento criado e do diálogo com os projetistas, no caso de haver a necessidade de sanar alguma dúvida sobre a proposta. Ao final da análise foi elaborado um quadro síntese sobre os resultados.

3.3. Revisão das categorias de análise

Após o estudo dos projetos, as categorias de análise são revisadas, considerando a possibilidade de manutenção das categorias, ajustes e também o surgimento de novos elementos de análise socioespacial, descobertos através da análise das práticas projetuais dos estudantes.

Como última etapa dessa pesquisa, será realizada a revisão, diagramação e disponibilização do material desenvolvido para que possa ser utilizado como instrumento de análise socioespacial nas mais variadas disciplinas de projeto em arquitetura e urbanismo.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

A seguir são apresentados os resultados em cada uma das etapas de pesquisa bem como algumas reflexões prévias.

4.1. Expansão e descrição das categorias de análise

A partir dos estudos e na sistematização das abordagens teóricas e conceituais de pesquisadores que tratam da análise com foco no projeto de arquitetura e urbanismo, as categorias de análise delineadas na tese, foram revistas, expandidas e na medida do possível ampliadas a fim de adaptarem-se para análise de diferentes contextos culturais.

As categorias de análise socioespacial aqui apresentadas foram identificadas através da pesquisa sobre as relações existentes entre espaço e cultura no contexto de comunidades indígenas Kaingang (APÊNDICE 01) e objetivam orientar o olhar dos profissionais de arquitetura e urbanismo para que possam propor intervenções espaciais mais aderentes e adequadas ao contexto sociocultural local.

4.1.1. Processo de identificação das categorias de análise

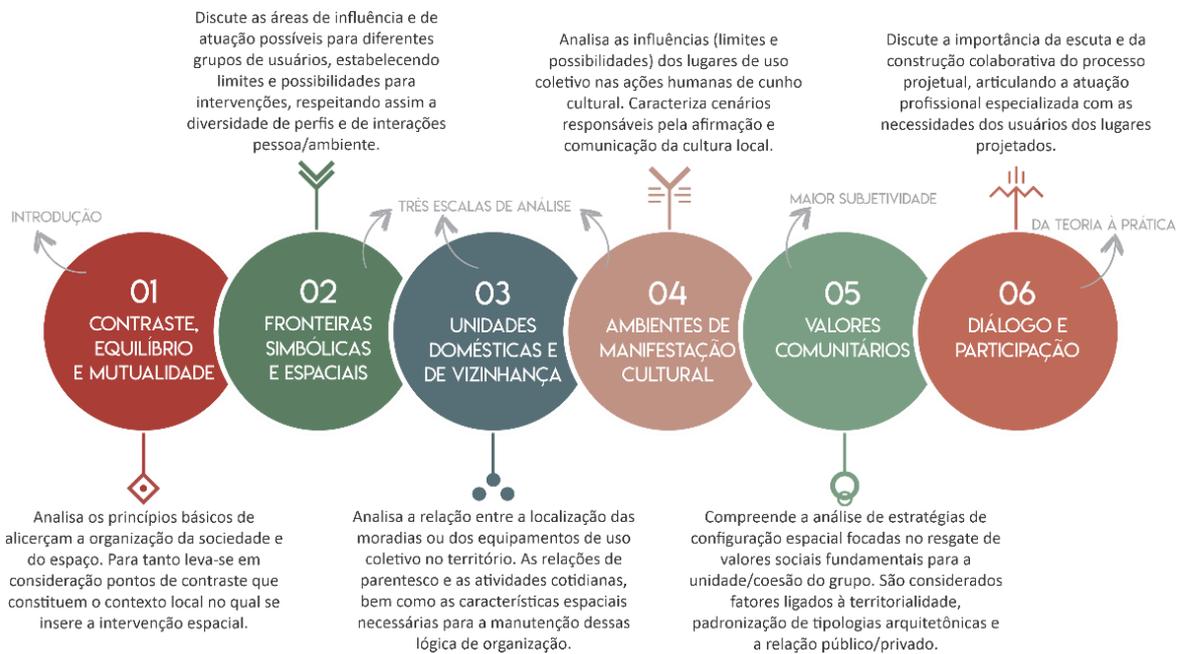
Fruto da observação, da participação e das demais técnicas adotadas durante o desenvolvimento da pesquisa, pautadas da bibliografia e na memória dos colaboradores, foi possível elaborar um quadro analítico que caracterizou o Povo Kaingang a partir de sua cultura tradicional. A partir desse quadro, foram identificadas as práticas contemporâneas em relação a cultura tradicional, para perceber as mudanças ocorridas a partir do diálogo interétnico, as práticas culturais que permanecem vivas, as ações tradicionais que se quer resgatar e outras, que na contemporaneidade são ressignificadas.

Após estas análises foi possível caracterizar as comunidades na contemporaneidade. Em seguida os diversos fatores levantados foram agrupados com foco nos aspectos espaciais que representam para originar as categorias de análise socioespacial.

4.1.2. Apresentação e descrição das categorias

Para acessar diferentes escalas e especificidades culturais, tais categorias foram generalizadas, partindo do princípio que existem elementos estruturantes recorrentes em diversos contextos locais. As categorias resultantes são apresentadas na Figura 02.

Figura 2: Categorias de análise socioespacial.



Fonte: Elaborado pela autora

4.1.2.1. Contraste, equilíbrio e mutualidade.

Esta categoria tem origem no entendimento dos princípios cosmológicos que regem a sociedade e o espaço indígena Kaingang, isto é, o dualismo e a complementaridade representada nas metades tribais Kamé e Kairu que apesar de apresentarem características antagônicas são mutuamente dependentes e a presença de ambas é necessária para que as comunidades vivam em equilíbrio.

Para construir a análise a partir dessa categoria, é necessário observar o espaço projetado e sua materialidade no que diz respeito aos elementos opostos presentes que atuam de maneira complementar em prol do equilíbrio da proposta, entre os quais destacam-se: materiais, técnicas construtivas, conceitos utilizados no projeto, funcionalidades, relações interior/exterior e formas arquitetônicas presentes.

4.1.2.2. Fronteiras simbólicas e espaciais

Ao pensar uma proposta de intervenção espacial, independente da escala, é necessário avaliar quais são os atores e usuários envolvidos, quais as principais atividades desenvolvidas nos espaços propostos e se há delimitações de áreas de influências de grupos específicos. Essa categoria objetiva mapear essas relações, identificando espaços de interação livre, lugares de uso restrito e ambientes dos quais não se deve interferir.

4.1.2.3. Unidades domésticas e de vizinhança

A posição das edificações pode sinalizar a relação que estas estabelecem com a comunidade na qual se inserem. Para dar alguns exemplos, a localização de uma praça nas proximidades de uma área densamente ocupada por moradias, pode indicar maior apropriação desse espaço; a implantação de um parque distante de área residencial, cujo acesso precisa ser feito com transporte motorizado, pode implicar na redução da tendência de ocupação e apropriação deste pela comunidade; ao residir em uma área residencial com comércio local diversificado, é provável que as pessoas se desloquem menos utilizando carros e que estreitem as relações com a vizinhança.

Tendo em vista essa dimensão do posicionamento e relações de vizinhança, essa categoria prevê o mapeamento das edificações e a identificação dos vínculos pessoais ou entre pessoas e espaços que derivam dessa organização espacial.

4.1.2.4. Ambientes de manifestação cultural

Entende-se que tanto em edificações quanto na estrutura geral da cidade, são criados espaços cujo uso indica a identidade cultural de seus usuários. Nesse sentido, essa categoria se propõe a analisar as influências (limites e possibilidades) dos lugares de uso coletivo ou individual nas ações humanas de cunho cultural. Caracteriza cenários responsáveis pela afirmação e comunicação da cultura local.

4.1.2.5. Valores comunitários

A análise proposta nessa categoria envolve maior subjetividade, da medida em que considera a necessidade compreender a dinâmica das relações sociais que envolvem os usuários da edificação, do bairro ou da cidade. É necessário compreender seus hábitos, as relações estabelecidas hierarquicamente, quem são os atores responsáveis pelas tomadas de decisão no grupo, etc. Busca-se dessa forma, compreender estratégias de configuração espacial focadas nos valores sociais fundamentais para a unidade/coesão do grupo. São considerados fatores ligados à territorialidade, padronização de tipologias arquitetônicas e a relação público/privado.

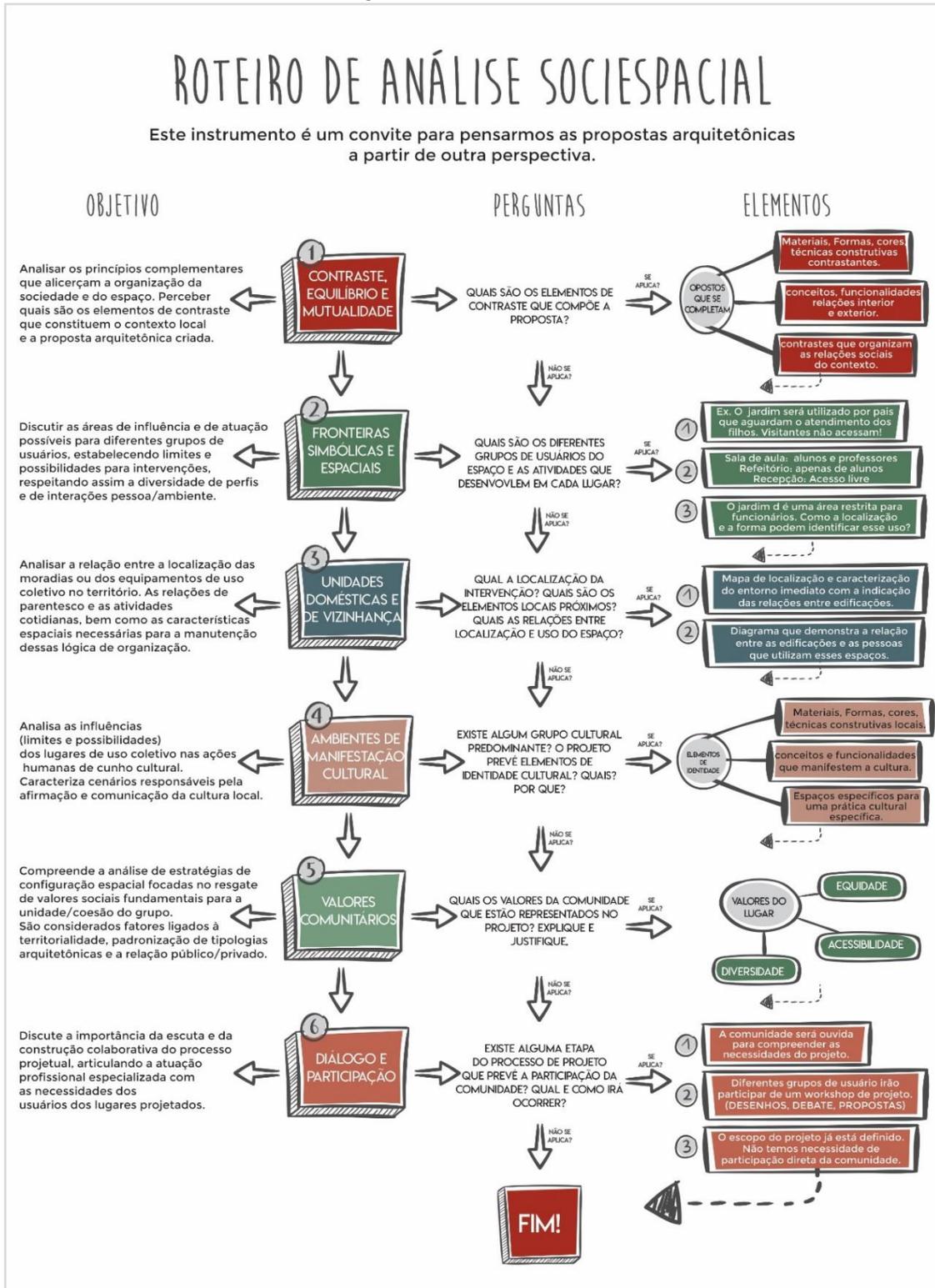
4.1.2.6. Diálogo e participação

Por fim, esta análise diz respeito às estratégias de participação adotadas na proposta. Discute-se a importância da escuta e da construção colaborativa do processo projetual, articulando a atuação profissional especializada com as necessidades dos usuários dos lugares projetados.

4.2. Instrumento para o estudo dos projetos

O estudo dos projetos foi desenvolvido com base no roteiro ilustrado na Figura 03:

Figura 3: Roteiro de análise.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

Após a apresentação e análise de cada um dos projetos, é apresentado o quadro 1 (modelo), que sintetiza a relação entre as características do projeto e as categorias de análise socioespacial consideradas.

Quadro 1: Síntese da análise

Identificação do projeto	1. Contraste, equilíbrio e mutualidade	2. Fronteiras simbólicas e espaciais	3. Unidades domésticas e de vizinhança	4. Ambiente de manifestação cultural	5. Valores comunitários	6. Diálogo e participação.
Título da proposta:						
Escala:						
Etapa de formação:						

Legenda:

Totalmente contemplada	Parcialmente contemplada	Não contemplada
Identificação de possível nova categoria de análise socioespacial		

Fonte: Elaborado pela autora

Ao final da análise individual dos projetos, com a unificação dos quadros síntese, a pesquisa terá um panorama geral da aderência das categorias de análise nas diferentes etapas do processo formativo dos estudantes.

4.3. Estudo dos projetos

A seguir são apresentados os estudos acerca dos projetos dos estudantes de acordo com o estágio de formação e a escala considerada. Além dos resultados extraídos do roteiro de análise, são apresentadas as ementas das disciplinas que possibilitaram o desenvolvimento dos projetos.

4.3.1. Estágio inicial de formação: ARQ 5633 Projeto arquitetônico e paisagístico I

Ementa: Objeto/ambiente. Estudo do objeto em relação ao homem e ao ambiente. Criação de lugares. Análise, conceituação e proposição de objetos e ambientes, introduzindo estudos de ergonomia e enfatizando o aprendizado a partir da materialidade e da tridimensionalidade. Ambiente e meio ambiente na configuração da paisagem. Condicionantes físicos da paisagem natural e construída. Leitura, conceituação e lançamento de proposta paisagística para setor pré-determinado. No semestre em que os projetos analisados foram desenvolvidos, os professores da disciplina propuseram o desenvolvimento de um estudo preliminar individual de uma arquitetura itinerante com uso a ser definido individualmente ou em grupos, com ênfase em um dos seguintes aspectos: luz, cor, materiais e texturas, espaço e escala, ritmo.

4.3.1.1. Projeto 01 - Caranguejão⁶

A proposta (Figura 4) foi desenvolvida para a cidade de Marília-SP. Nas proximidades do local escolhido existe uma pista de corrida, também ocupada por ciclistas, skatistas, um espaço utilizado para a prática de yoga e outros exercícios e comércio local.

Figura 4: Estudos para a proposta da intervenção:



Fonte: PRADO,2020.

O objetivo do projeto foi criar um espaço de repouso para os praticantes de atividades ao ar livre, incentivando a interação social e aproveitando o sombreamento proporcionado pela vegetação existente. Proposta considera a topografia existente e sugere a criação de um patamar de cinco metros de altura para receber a intervenção.

Figura 5: Visual frontal e posterior da intervenção



Fonte: PRADO,2020.

Os caminhos organicamente trilhados pela comunidade local, são legitimados e consolidados pelo projeto, valorizando uma tradição local. A proposta, tida como um modelo a ser replicado em diversos espaços da cidade, que pode funcionar como um elemento de identidade visual, sugere qualificação

⁶ Projeto desenvolvido pela estudante Ana Beatriz Caetano Prado a quem agradecemos pela autorização da utilização do seu projeto como objeto de análise da pesquisa.

da iluminação do lugar por meio da intervenção, aumentando a segurança, incentivando a apropriação em diferentes horários e beneficiando o comércio local, principalmente os voltados para serviços de lazer e alimentação.

Quanto às categorias de análise, observa-se que estão contempladas parcialmente no projeto, conforme indica o Quadro 02.

Quadro 2: Síntese da análise - Projeto 01

Identificação do projeto	1. Contraste, equilíbrio e mutualidade	2. Fronteiras simbólicas e espaciais	3. Unidades domésticas e de vizinhança	4. Ambiente de manifestação cultural	5. Valores comunitários	6. Diálogo e participação.
Título da proposta: Caranguejão Escala: Arquitetônica Etapa de formação: 1						
Abordar elementos históricos para identificação de símbolos ou práticas culturais. Oferecer elementos de análise social para compreensão do modo de vida em sociedade. Estratégias de escuta dos usuários e metodologia de projeto participativo em diferentes níveis.						

Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se a contemplação de contraste, equilíbrio e mutualidade, na medida em que o material (concreto armado) e as cores vibrantes contrastam com o verde da vegetação existente ao mesmo tempo que criam uma conexão com as vias pavimentadas. A diferença de alturas e aplicação de formas geométricas, possibilita diversidade de usos e contempla públicos com diferentes características físicas.

Apesar de o espaço ser aberto e público, existe uma clara delimitação de fronteiras simbólicas e espaciais, pois a delimitação da área da intervenção é clara e proporciona alta legibilidade. Como já mencionado na apresentação do projeto, a localização leva em consideração os usos já consolidados pela população e a presença de comércio local no entorno imediato. Ao analisar as fotografias presentes do estudo, pode-se supor a existência de área residencial próxima, o que poderia caracterizar mais um aspecto de qualificação do lugar para quem reside nas proximidades.

Apesar de a inspiração da forma não ter aparecido do projeto, o objeto arquitetônico tem caráter icônico e potencial para representar um elemento de identidade visual da cidade, principalmente de construir uma relação de pertencimento com a comunidade local. Por fim, não foram encontrados elementos que considerem a participação da comunidade no processo de projeto. No entanto, é necessário considerar que o mesmo foi realizado em meio à Pandemia de Covid-19.

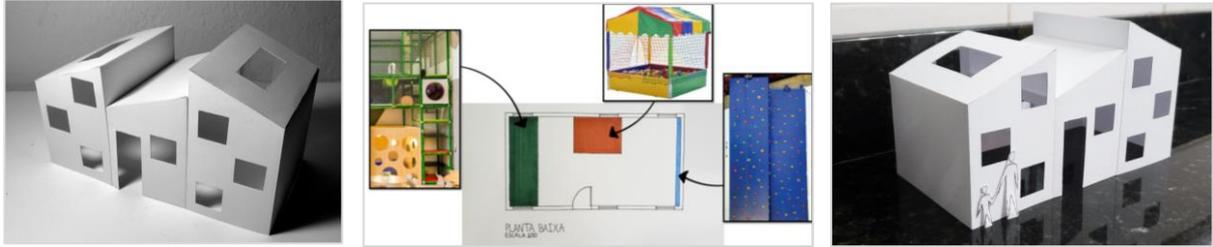
4.3.1.2. Projeto 02 – Arquitetura itinerante infantil ⁷

A proposta contempla arquitetura itinerante para uso de lazer do público infantil. A forma tem inspiração na Casa, com módulos que se ajustam em diferentes configurações. Quanto aos materiais, a estudante propõe a construção utilizando containers para facilitar o transporte e reduzir o peso da

⁷ Projeto desenvolvido pela estudante Bruna da Silveira a quem agradecemos pela autorização da utilização do seu projeto como objeto de análise da pesquisa.

estrutura. No interior da edificação são inseridos módulos de brinquedos que se ajustam principalmente nas paredes sem aberturas, conforme Figura 6.

Figura 6: Maquete e planta baixa



Fonte: SILVEIRA, 2020.

Apesar de ser um módulo transportável, uma implantação inicial foi sugerida em área privada, o pátio de um escola no bairro Pedra Branca, em Palhoça-SC (Figura 7). Sugere-se que a estrutura seja instalada de maneira a permitir que as crianças a utilizem com a supervisão de um adulto para garantir a segurança.

Figura 7: Mapa de localização e perspectiva



Fonte: SILVEIRA, 2020.

Percebe-se que as categorias 01, 02 são abordadas parcialmente, enquanto as demais, não são identificadas na edificação conforme quadro 03.

Quadro 3: Síntese da análise - Projeto 02

Identificação do projeto	1. Contraste, equilíbrio e mutualidade	2. Fronteiras simbólicas e espaciais	3. Unidades domésticas e de vizinhança	4. Ambiente de manifestação cultural	5. Valores comunitários	6. Diálogo e participação.
Título da proposta: Arquitetura itinerante infantil Escala: Arquitetônica Etapa de formação: 1						
	Identidade visual simbólica. Iconografia. Pensar a atividade a ser desenvolvida a partir da cultura. Analisar como aplicar a categoria de unidades domésticas e de vizinhança quando a proposta é adaptável a diferentes contextos. Explorar a possibilidade de experiências sociais a partir da edificação e Pensar estratégias de projeto participativo com crianças.					

Fonte: Elaborado pela autora

Os elementos de contraste limitam-se a ausência de cor da estrutura que evidencia as cores vibrantes dos módulos dos brinquedos e a diversidade de atividades de lazer oferecidas no interior da estrutura. Mesmo havendo a delimitação do espaço interno da edificação, as fronteiras são porosas, na medida em que não há limitação ou indicação de restrição de acesso ou de uso do equipamento. A forma utilizada, inspirada na casa, constrói uma relação de identidade com a infância a partir da

memória. Essa construção simbólica permitiu refletir sobre a possibilidade da criação de uma categoria de análise voltada para a identidade visual simbólica das edificações, pensada a partir de referências subjetivas e individuais compartilhadas coletivamente.

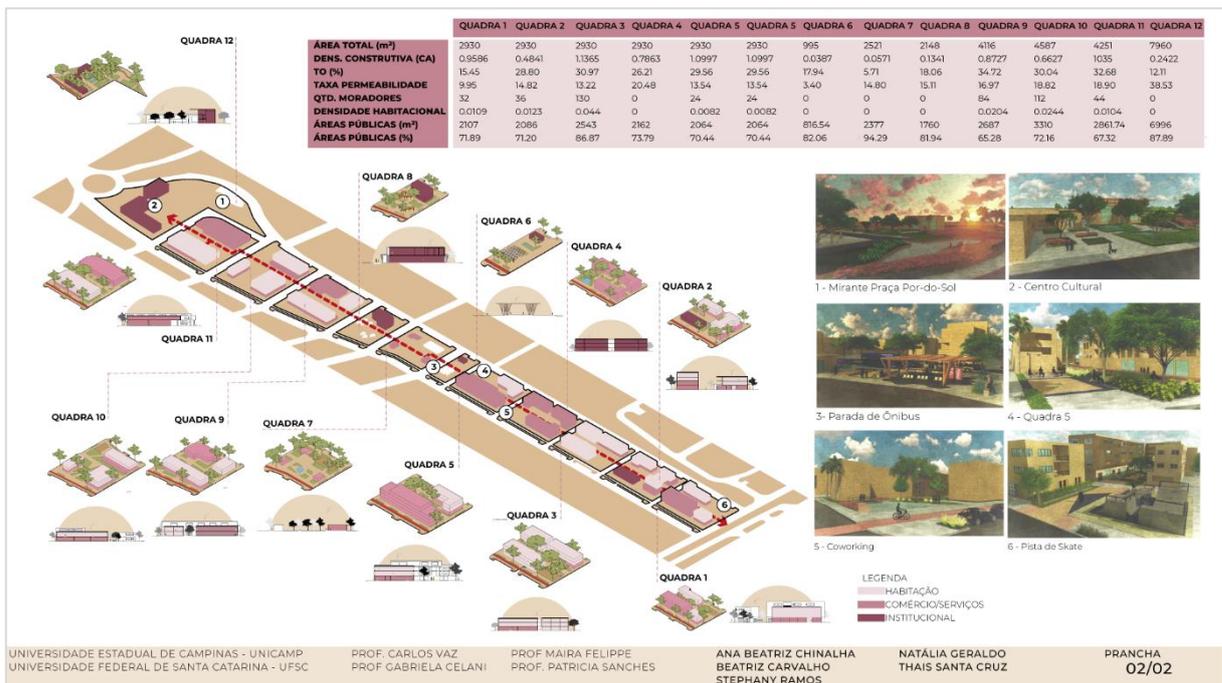
4.3.2. Estágio inicial de formação: ARQ 5603 Urbanismo e Paisagismo II

Ementa: O homem e o ambiente. Condicionantes econômicos, históricos e sociais. Valorização e preservação dos recursos naturais. Assentamentos humanos. Processo de ocupação do espaço construído. Políticas de preservação ambiental. Análise e projeto paisagístico. Projeto de organização espacial.

4.3.2.1. Projeto 03 – Bosque das Palmeiras⁸

Considerando como centralidade o Bosque das Palmeiras da Unicamp-SC, o grupo de estudantes idealizou o traçado de uma ciclovia que passa pelo local e se expande em três direções diferentes da cidade. A centralidade abrange doze quadras, estudadas uma a uma, contemplando usos múltiplos (Figura 7).

Figura 8: Projeto Centralidade Bosque das Palmeiras



Fonte: GERALDO et al, 2020.

⁸ Projeto desenvolvido pelas estudantes Natália Geraldo (UFSC), Thais Nolio UFSC), Ana Beatriz Chinalha (UNICAMP), Beatriz Carvalho (UNICAMP) e Stephany Ramos(UNICAMP) a quem agradecemos pela autorização da utilização do seu projeto como objeto de análise da pesquisa.

Nesse caso observou-se a presença de todas as categorias de análise, aplicadas no projeto em níveis diferentes de complexidade, conforme descrito do quadro 4.

Quadro 4: Síntese da análise - Projeto 03

Identificação do projeto	1. Contraste, equilíbrio e mutualidade	2. Fronteiras simbólicas e espaciais	3. Unidades domésticas e de vizinhança	4. Ambiente de manifestação cultural	5. Valores comunitários	6. Diálogo e participação.
Título da proposta: Centralidade Bosque das Palmeiras Escala: Urbana Etapa de formação: 1						
Ao longo do projeto a linguagem formal se transforma, com a inserção gradativa de formas orgânicas. Pensar estratégias de transição de uso e de identidade dos espaços como elementos de análise. Projetistas como usuárias do local, mas sem estratégias projetuais de escuta.						

Fonte: Elaborado pela autora

Contraste, equilíbrio e mutualidade é a primeira categoria analisada e é contemplada pelo projeto em diferentes níveis: desde a diversidade de materiais considerados para os espaços projetados até a diversidade de usos complementares para as quadras. As fronteiras simbólicas e espaciais são abordadas considerando diferentes grupos de usuários presentes nos espaços, limitando acessos e setorizando as áreas entre espaços públicos, comerciais e residenciais. Há também a setorização de usos por quadras com legibilidade das dinâmicas de uso. A continuidade da proposta, isto é, a relação estabelecida entre as quadras, permite que as unidades domésticas e de vizinhança estejam articuladas no projeto, pois o programa para uma quadra tem ligação direta com os usos das quadras vizinhas, assim, nenhuma delas foi pensada isoladamente.

A Praça Pôr do sol é identificada como ambiente de manifestação cultural no projeto, pois se caracteriza como um local de encontro e considera uma prática local consolidada de contemplação da natureza, qualificada com a proposta. No mesmo espaço são especializados valores comunitários com a inserção de arquibancadas que possibilitam qualidade na permanência de usuários no local, vegetação e edificações institucionais que são suporte para a praça. Finalmente, apesar de não serem encontradas estratégias projetuais diretamente ligadas ao diálogo e participação dos usuários no processo de projeto, a consideração de usos recorrentes nos locais, indica a observação das projetistas e mesmo que as mesmas sejam usuárias do local, trazendo para o projeto, em alguma medida, a experiência do usuário.

4.3.2.2. Projeto 04- Centralidade urbana em Parque tecnológico⁹

O projeto tem como objetivo o desenho de uma centralidade urbana, desenvolvido em um parque tecnológico na cidade de Campinas. A setorização (Figura 8) foi pensada de modo que o centro de

⁹ Projeto desenvolvido pelas estudantes Letícia Sampaio Guimarães (UFSC), Verônica Bandini (UFSC), Giovanna Zuquiere (UNICAMP), Juliana Milanez (UNICAMP), Thainá Melo (UNICAMP) a quem agradecemos pela autorização da utilização do seu projeto como objeto de análise da pesquisa.

pesquisa e desenvolvimento ficasse posicionado acima do cinturão verde, mais próximo à centralidade é proposta uma área uso misto seguida por outra, residencial. Por fim, áreas verdes estão localizadas de maneira articulada ao longo da proposta, é criada uma área de agrofloresta e um parque é implantado ao lado da centralidade, possibilitando maior contato com a natureza, produção de alimentos, preservação da biodiversidade existente, protegendo os cursos d'água e melhorando a qualidade de vida no local. Os parâmetros utilizados, foram definidos de maneira a equilibrar o aproveitamento das áreas edificáveis, acesso à iluminação natural, captação de energia fotovoltaica ventilação e contato com a natureza.

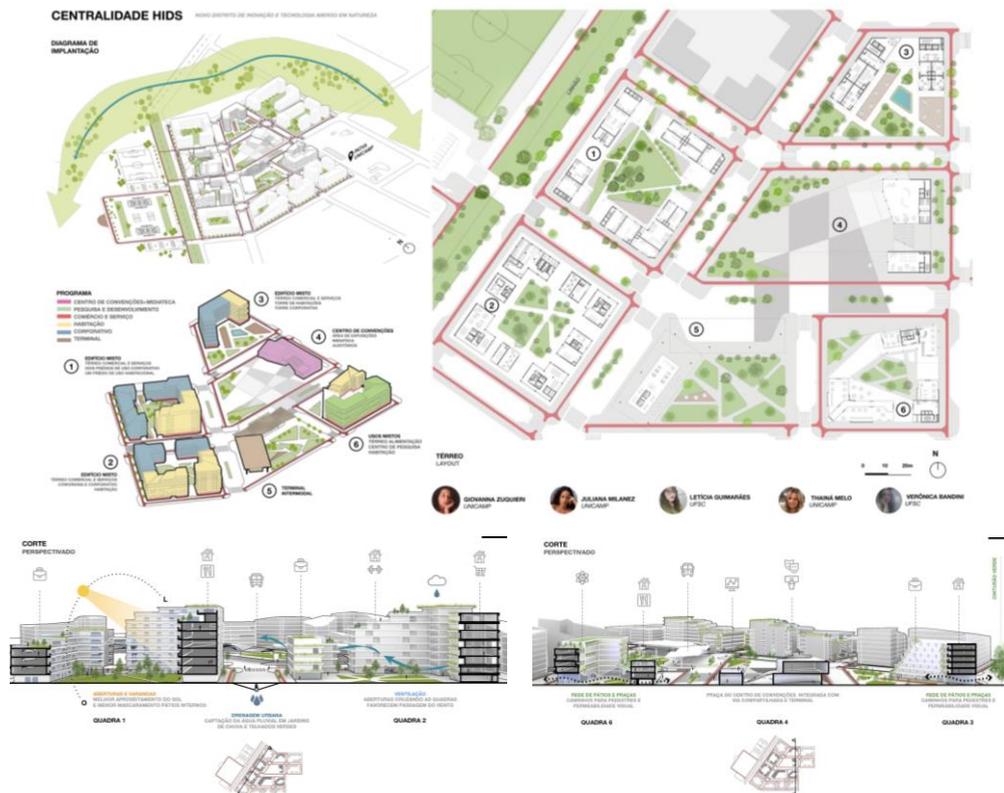
Figura 9: Setorização e Parâmetros utilizados



Fonte: GUIMARÃES et al. 2020.

É proposto um sistema de mobilidade com ciclovias, vias compartilhadas e terminal multimodal. Os usos das edificações são diversos e priorizam terrenos comerciais com fachadas ativas.

Figura 10: Proposta – Centralidade HIDS



Fonte: GUIMARÃES et al. 2020.

Com o layout dos térreos, pode ser percebida a relação do interior das edificações com as áreas externas. Também foram pensados os perfis de vias a serem utilizados de maneira a contemplar a diversidade dos modais considerados e prevendo jardins de chuva e outras estratégias de permeabilidade. Com os cortes perspectivados, é possível observar a relação entre as edificações e as áreas abertas, as varandas, o aproveitamento da luz solar nos pátios internos das quadras, a ventilação e as estratégias de drenagem urbana e permeabilidade. Quanto à análise a partir das categorias pré-definidas, o quadro 05 sintetiza a identificação das mesmas.

Quadro 5: Síntese da análise - Projeto 04

Identificação do projeto	1. Contraste, equilíbrio e mutualidade	2. Fronteiras simbólicas e espaciais	3. Unidades domésticas e de vizinhança	4. Ambiente de manifestação cultural	5. Valores comunitários	6. Diálogo e participação.
Título da proposta: Centralidade HIS Escala: Urbana Etapa de formação: 1						
Projetistas como usuárias do local, mas sem estratégias projetuais de escuta. Pensar estratégia de contemplar usuários por grupos de interesse, não necessariamente ligados ao contexto local específico.						

Fonte: Elaborado pela autora

Pode-se apontar que a primeira delas, é contemplada na proposta pois o projeto prevê tanto diversidade de usos, quanto de materiais, gerando um equilíbrio entre paisagem natural e áreas adensadas. Essa dinâmica permite contemplar usuários diversos no espaço e diferentes dinâmicas de ocupação de acordo com o horário e dia da semana, integrando as rotinas de trabalho, lazer, cultura e saúde.

Mesmo com térreos comerciais, há uma clara setorização proposta nas quadras, identificando o uso fundamental de cada uma delas e propondo áreas de transição entre espaços verdes e área urbanizada. Apesar de não haver limites ou barreiras físicas, o desenho das quadras e a orientação das edificações cria fronteiras simbólicas nos espaços, facilitando a legibilidade do mesmo. As unidades domésticas de vizinhança podem se consolidar com o uso e apropriação da proposta, pois não foi possível perceber a relação da intervenção com o entorno existente. A implantação de um centro de convenções e midiateca indicam este como ambiente de manifestação cultural e de encontro, localizado de maneira a integrar todas as quadras pelo posicionamento centralizado do mesmo. A dinâmica proposta para o uso dos espaços externos, indica o compartilhamento de valores comunitários, com a implantação de diversos espaços de uso compartilhado e público. Por fim, a categoria voltada para o diálogo e participação, assim como no projeto anterior, adota apenas o conhecimento das projetistas sobre o lugar e alerta sobre a possibilidade da criação de estratégias de abordagem participativa com públicos específicos, mesmo sem relação direta com o local da intervenção.

4.3.3. Estágio intermediário de formação: ARQ 5637 Projeto arquitetônico V e ARQ 5638 Projeto arquitetônico V

Ementa de P V: Inserção urbana de planejamento de uso coletivo. Resolução físico -espacial a nível de projeto executivo de programas de complexidade no âmbito coletivo, privado e público. Ementa de P VI: Projeto Executivo. Detalhamento de projetos complementares desenvolvidos no Projeto Arquitetônico V.

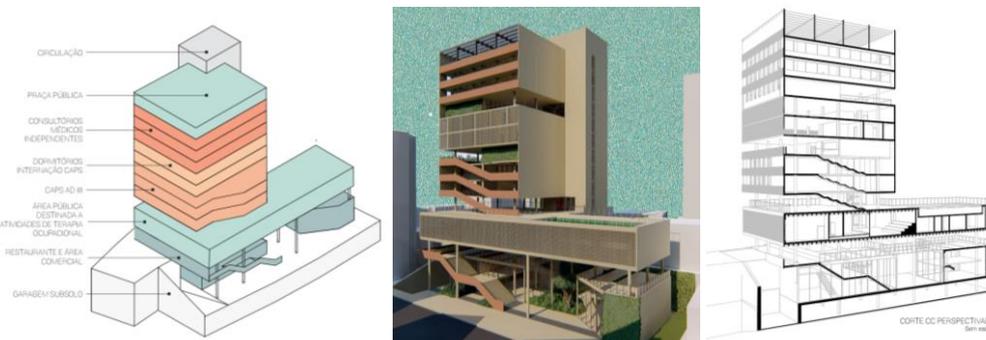
4.3.3.1. Projeto 05 – Centro de terapia ocupacional de apoio Psicológico.¹⁰

O edifício tem o objetivo de funcionar como centro de suporte psicológico gratuito para pacientes em tratamento nos hospitais da região e à população de Florianópolis. Se comporta como um centro de tratamento intensivo, que substitui o modelo asilar, mas também como local onde indivíduos podem se encontrar, conectar e receber ajuda e aconselhamento, apoiando os usuários a reduzir as chances de recaídas e melhorar o seu bem-estar.

A materialidade do edifício busca trazer a natureza para os ambientes do edifício, promovendo espaços que transmitem a sensação de ar livre e promovem a restauração psicológica, mesmo em meio ao centro da cidade. Na fachada é proposta a utilização de materiais mais acessíveis e de custo reduzido para concepção do projeto, como cobogós de concreto, paredes verdes, guarda corpos de alvenaria com pintura texturizada, guarda corpos de metal com vidro e esquadrias metálicas. O coroamento do edifício se dá através de uma pérgola de vigas metálicas que promovem a sensação de fechamento da praça criada no pavimento de cobertura.

O programa do edifício prevê quatro setores: a Zona Pública de Lojas e Restaurante, e Centro de Lazer Terapêutico, o Centro de Atenção Psicossocial e os Consultórios Médicos conforme ilustra a Figura 11.

Figura 11: Proposta – Centro de terapia ocupacional de apoio Psicológico



Fonte: CUNHA, 2020.

¹⁰ Projeto desenvolvido pela estudante Ananda Dias da Cunha a quem agradecemos pela autorização da utilização do seu projeto como objeto de análise da pesquisa.

Ao analisar a categoria de contraste, equilíbrio e mutualidade, identificam-se materiais contrastantes que se complementam (madeira, vegetação, treliças metálicas e concreto pigmentado), além da diversidade de formas geométricas adotadas na fachada principal equilibrando linhas paralelas e diagonais (rampas e escadas) em contraste com blocos mais fechados na edificação.

Sobre as fronteiras simbólicas e espaciais, a setorização proposta sugere espaços de acesso público no térreo e primeiros pavimentos, sugerindo maior privacidade nos andares superiores (de acesso restrito aos pacientes e funcionários). A inclusão de uma praça pública na cobertura, subverte essa hierarquia de restrição de usos e limita seu acesso ao sistema de informações que indica a existência desse espaço.

Apesar de ser identificado o estudo da necessidade de implantação desse equipamento na cidade, não foi identificada uma relação direta com o entorno imediato da edificação. Este fator possivelmente tem ligação com o programa, que sugere sua utilização por pessoas residentes em diferentes lugares da cidade que se deslocam até o local, com o objetivo direto de acessar os tratamentos oferecidos. Por outro lado, a inserção de áreas de espaços públicos, pode incentivar a apropriação do local por parte dos moradores das proximidades, sem relação com os serviços oferecidos pela instituição.

Quadro 6: Síntese da análise - Projeto 05

Identificação do projeto	1. Contraste, equilíbrio e mutualidade	2. Fronteiras simbólicas e espaciais	3. Unidades domésticas e de vizinhança	4. Ambiente de manifestação cultural	5. Valores comunitários	6. Diálogo e participação.
Título da proposta: Centro de terapia ocupacional de apoio Psicológico Escala: Arquitetônica Etapa de formação: 2						
Pensar estratégia de contemplar usuários por grupos de interesse, não necessariamente ligados ao contexto local específico.						

Fonte: Elaborado pela autora

Por fim, como indica o quadro 06, não foram identificados elementos ligados à manifestação cultural da comunidade local, bem como os valores comunitários são estimulados por meio da interface com os espaços de uso coletivo criados. Sobre estratégias de diálogo e participação, a análise do projeto possibilitou refletir sobre a criação de estratégias de escuta das necessidades ligadas à públicos e setores específicos, possibilitando a criação de um banco de dados segmentado por atividades e não diretamente ligados ao contexto local.

4.3.3.2. Projeto 06 – Edifício Multifuncional¹¹

A proposta tem como objetivo conectar duas ruas paralelas no centro da cidade de Florianópolis por meio de percursos não lineares, criando trajetos com um aspecto não intuitivo, que convidam o usuário a descobrir o espaço de diferentes maneiras.

¹¹ Projeto desenvolvido pela estudante Renata Valentini a quem agradecemos pela autorização da utilização do seu projeto como objeto de análise da pesquisa.

A proposta, de uso misto, busca permitir que usuários internos e externos interajam com o edifício, e que este seja também um respiro para os cidadãos no bairro, um espaço de espera ou de encontro, rompendo assim, com os tradicionais edifícios do centro.

A base da edificação e o bloco anexo à estrutura principal são destinados ao uso público, com exposições temporárias pelos corredores, e um café/bar no mezanino do edifício que conecta-se com os espaços externos. No quarto pavimento um espaço é destinado ao *coworking*, e os demais pavimentos são residenciais, conforme ilustra a Figura 12.

Figura 12: Proposta – Edifício Multifuncional no centro de Florianópolis



Fonte: VALENTINI, 2020.

Como ilustram as perspectivas, o acesso pela rua Cel. Lopes Vieira convida o usuário a percorrer o edifício pelo exterior através de uma rampa rolante que chega ao mezanino do embasamento e conecta-se a uma escadaria que vai até o térreo, com degraus de diferentes alturas, transformando-se em um espaço de permanência.

Acredita-se que por se tratar de um programa que tem muita aderência às especificidades do local, todas as categorias de análise foram identificadas, conforme mostra o quadro 7.

Quadro 7: Síntese da análise - Projeto 06

Identificação do projeto	1. Contraste, equilíbrio e mutualidade	2. Fronteiras simbólicas e espaciais	3. Unidades domésticas e de vizinhança	4. Ambiente de manifestação cultural	5. Valores comunitários	6. Diálogo e participação.
Título da proposta: Edifício multifuncional Escala: Arquitetônica Etapa de formação: 2						

Fonte: Elaborado pela autora

Além da diversidade de usos e materiais contrastantes, também identificadas nos projetos anteriores, surge aqui a abordagem da integração entre ruas que possuem dinâmicas de uso e níveis

diferentes, que o projeto buscou integrar. Sobre as fronteiras simbólicas e espaciais, a edificação funciona como um elemento de permeabilidade e conexão na medida em que tem como objetivo sublimar as barreiras físicas existentes entre as ruas e torna-se um caminho possível para transpor tal limite.

As unidades domésticas e de vizinhança são identificadas tanto no interior da edificação, na medida em que as pessoas podem morar, trabalhar e realizar atividades de serviços e comércio, mas também na relação com as edificações residenciais do entorno que podem compartilhar os primeiros pavimentos e utilizar a edificação como espaço público de passagem e permanência. A inclusão de um espaço cultural para abrigar exposições, reforça elementos da arte e da cultura local e aproxima os usuários das práticas artísticas do lugar. Na mesma maneira, a criação de espaços de permanência e lazer incentivam o convívio social e reforçam valores comunitários comuns entre os usuários. Por fim, acredita-se que a experiência da projetista ao vivenciar o centro da cidade, foi um instrumento indireto de participação do usuário projetista e que pode estar limitado em decorrência da dificuldade de acessar e ouvir os usuários durante a pandemia.

4.3.4. Estágio intermediário de formação: ARQ 5606 Urbanismo e paisagismo IV

Ementa: Planejamento Urbano. Diretrizes de Desenvolvimento Urbano. Preservação cultural e ambiental. Circulação e transportes. Planos setoriais. Legislação urbanística. Políticas públicas e gestão municipal. Sistemas urbanos. Projetos estruturadores do espaço urbano.

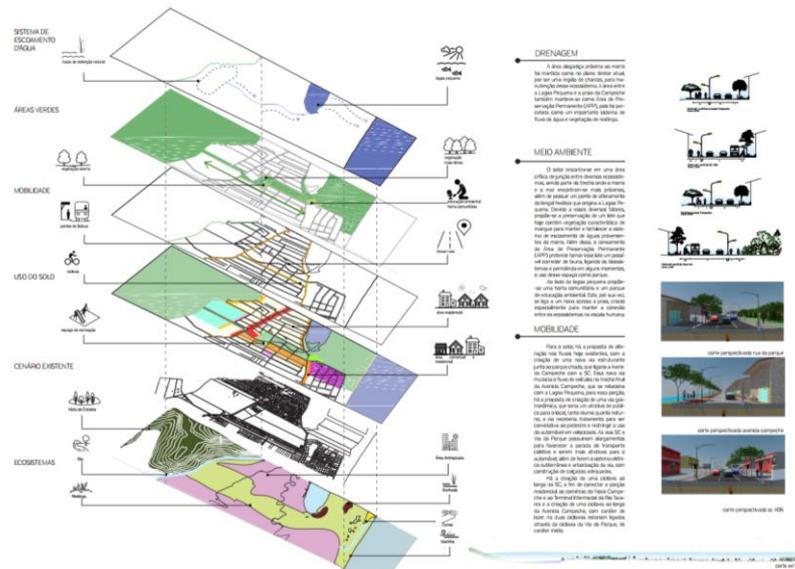
4.3.4.1. Projeto 07 – Proposta Urbanística – Setor 4 – Rio Tavares¹²

A proposta teve como objetivo reforçar o caráter existente da área do Rio Tavares, incentivando a centralidade próxima ao Novo Campeche, criando uma rede de comércio próxima à área residencial e equilibrando a densidade populacional da área. O grupo propôs a conexão entre os biosistemas existentes na porção central do setor, a manutenção das características naturais do ecossistema da Lagoa Pequena e a criação de ciclovias ligando a Lagoa da Conceição ao terminal Intermodal do Rio Tavares.

Para espacialização da proposta foi desenvolvido um plano Multilayers (Figura 13) que demonstra as intervenções consideradas na escala do bairro.

¹² Projeto desenvolvido pelas estudantes Carolina Fernanda Bundchen Pires, Gabriel Sappino Sala, Luisa Pfitzer Wolf, Gisele Steffani Schweitzer e Rúbia Diogo Koehler e quem agradecemos pela autorização da utilização do seu projeto como objeto de análise da pesquisa.

Figura 13: Proposta – Proposta urbanística para o Setor4



Fonte: PIRES et al. 2020.

O setor encontra-se em uma área crítica de junção entre diversos ecossistemas, sendo parte do trecho onde o morro e o mar encontram-se mais próximos, além de possuir um ponto de afloramento do lençol freático que origina a Lagoa Pequena. Devido a esses diversos fatores, propõe-se a preservação de um lote que hoje contém vegetação característica de mangue para manter e fortalecer o sistema de escoamento de águas provenientes do morro. Além disso, o zoneamento de Área de Preservação Permanente (APP) pretende tornar esse lote um possível corredor de fauna, ligando os biossistemas e permitindo em alguns momentos, o uso desse espaço como parque.

Ao lado da lagoa pequena propõe-se uma horta comunitária e um parque de educação ambiental. Este, por sua vez, se liga a um novo acesso a praia, criado especialmente para manter a conexão entre os ecossistemas na escala humana.

Quando à mobilidade, há a proposta de alteração nos fluxos hoje existentes, com a criação de uma nova via estruturante junto ao parque criado, que ligaria a Avenida Campeche com a SC. Essa nova via mudaria o fluxo de veículos no trecho final da Avenida Campeche, que se relaciona com a Lagoa Pequena. Para essa porção, há a proposta de criação de uma via gastronômica, que seria um atrativo de público para o local, tanto diurno quanto noturno, a via receberia tratamento para ser convidativa ao pedestre e restringir o uso do automóvel em velocidade. As vias SC e Via do Parque foram alargadas para favorecer a parada do transporte coletivo e serem mais atrativas para o automóvel, além de terem o sistema elétrico subterrâneo e arborização da via, com construção de calçadas adequadas. Foi projetada uma ciclovia ao longo da SC, a fim de conectar a porção residencial ao comércio do Novo Campeche e ao Terminal Intermodal do Rio Tavares e a criação de uma ciclovia ao longo da Avenida Campeche, com caráter de lazer e estariam ligadas através da ciclovia da Via do Parque, de caráter misto.

Identificam-se no projeto a maioria das categorias de análise sugeridas pela pesquisa, com a exceção da nomeada como Diálogos e Participação, como demonstra o Quadro 8.

Quadro 8: Síntese da análise - Projeto 07

Identificação do projeto	1. Contraste, equilíbrio e mutualidade	2. Fronteiras simbólicas e espaciais	3. Unidades domésticas e de vizinhança	4. Ambiente de manifestação cultural	5. Valores comunitários	6. Diálogo e participação.
Título da proposta: Proposta urbanística para o setor 4. Escala: Urbanístico Etapa de formação: 2						

Fonte: Elaborado pela autora

A categoria de contraste, equilíbrio e mutualidade encontra-se contemplada na proposta na medida em que fica evidente o esforço em equilibrar elementos naturais e construídos, tendo como base a manutenção e fortalecimento dos ecossistemas existentes e criando áreas específicas para o adensamento urbano. Igualmente a delimitação de setores, permite identificar fronteiras simbólicas e espaciais na proposta. A inserção de uma rede de ciclovias, bem como a inclusão de elementos como espaços de recreação e horta comunitária incentivam as interações sociais e reforçam as unidades de vizinhança existentes. Quanto aos ambientes de manifestação cultural, e valores comunitários, igualmente são reforçados pela criação de espaços públicos de interação, mas também pela manutenção dos elementos naturais preexistentes, com os quais a comunidade interage e os qualifica também como elemento cultural local. Não foram identificadas estratégias de participação e diálogo com a comunidade local.

4.3.4.2. Projeto 08 - Proposta Urbanística – Setor 3 – Lagoinha – Novo Campeche¹³

O grupo definiu como diretrizes gerais a conectividade do setor com o restante do bairro por meio da implantação/adequação de uma nova malha viária, a acessibilidade aos meios de transporte público e não motorizados, a qualificação das infraestruturas existentes e das potencialidades percebidas e o estímulo à diversificação de usos e atividades ligadas à autonomia do bairro.

Foi escolhido o uso residencial predominante para maior parte do setor, de forma a controlar a densidade e manter o caráter residencial do bairro, incluindo a implantação de ZEIS (Zonas especiais de interesse social) em duas áreas distintas, localizadas, próximas de equipamentos e serviços públicos, como parques, transporte público, creche e comércio local.

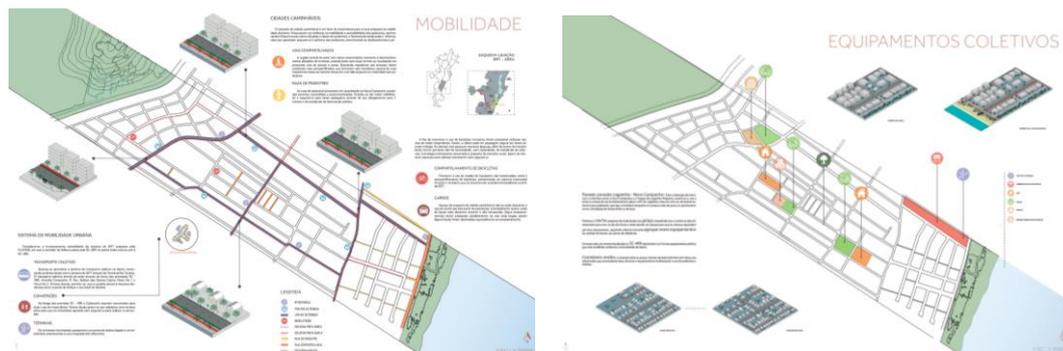
O Novo Campeche, que pertence à área de estudo, teve seus lotes previamente projetados e sua construção é recente em relação ao restante do bairro. Por isso, foi mantida a infraestrutura existente,

¹³ Projeto desenvolvido pelas estudantes Flavia Lagni Hollerweger; Laís Amorim Wendhausen; Laura Pagani de Borba; Marina Cecília de Souza; Nicole Rodrigues Junckes e quem agradecemos pela autorização da utilização do seu projeto como objeto de análise da pesquisa.

aprimorando as alamedas - passeios entre as edificações - que facilitam o deslocamento do pedestre na área, conectando as ruas sem saída através de uma nova via que se integra com o Parque da Lagoinha; a área mais próxima da APP de Encosta foi destinada ao uso de chácaras para produção de agricultores locais. Foi projetado um espaço público destinado a realização de feiras para o comércio dos produtos ali cultivados; Às vias principais foi atribuído o uso misto a fim de aproveitar a infraestrutura oferecida, bem como estimular o comércio existente e consolidado, valendo-se do maior fluxo de pessoas para mantê-lo.

A densidade foi pensada a partir de duas condicionantes: a acomodação da população que os setores adjacentes não comportam, criando uma densidade média a alta em áreas residenciais, atendendo à demanda da pressão sobre essa área; e a criação de uma queda gradativa no gabarito e na taxa de ocupação na medida em que se aproximam das áreas de preservação que circundam o setor, conformando áreas de transição no intuito de não impactar na paisagem e contenção de ocupação massiva em áreas sensíveis. A proposta geral pode ser observada na Figura 14.

Figura 14: Proposta – Proposta urbanística para o Setor 3



Fonte: HOLLERWEGER et al, 2020.

O grupo considerou para a proposta o conceito de cidade caminhável. Propuseram-se melhorias na área de mobilidade, legibilidade e acessibilidade dos pedestres, aprimorando infraestruturas como calçadas e faixas de pedestres, aumentando segurança e conforto aos pedestres, incentivando os deslocamentos a pé.

Assim como no projeto anterior, identificaram-se todas as categorias e análise, com a excessão da nomeada diálogo e participação, conforme o quadro 9.

Quadro 9: Síntese da análise - Projeto 08

Identificação do projeto	1. Contraste, equilíbrio e mutualidade	2. Fronteiras simbólicas e espaciais	3. Unidades domésticas e de vizinhança	4. Ambiente de manifestação cultural	5. Valores comunitários	6. Diálogo e participação.
Título da proposta: Proposta urbanística para o setor 3. Escala: Urbanístico Etapa de formação: 2						

Fonte: Elaborado pela autora

Além do equilíbrio proposto entre ambiente natural e construído a proposta tem forte caráter de integração e conexão entre as especificidades, principalmente por meio da implementação de área residencial compartilhada por diferentes faixas de renda, integradas com a implantação de praças e locais públicos de interação social compartilhadas por diferentes perfis residenciais. Acredita-se que, em função do perfil residencial predominante, nota-se maior setorização apenas com a implantação de uma área predominantemente comercial e as praças e áreas verdes de lazer. As unidades de vizinhança também são reconhecidas e reforçadas por meio do compartilhamento de espaços públicos de lazer, pulverizados ao longo da proposta.

Os espaços de manifestação cultural, assim como a possibilidade de identificação de valores comunitários são identificados na proposta, ainda que sejam propostos de maneira genérica, sem identificação direta observável com o contexto cultural local. Finalmente, não se identificou a aplicação de estratégias de diálogo com a população local ou participação ativa da mesma na proposta.

4.3.5. Estágio final de formação: Trabalho de conclusão de curso - Projeto Arquitetônico.

4.3.5.1. Territorialidades e a Arquitetura como objeto da História que a História não conta: a presença indígena em Florianópolis e a sua luta pelo direito à cidade¹⁴

A proposta é uma Casa de Passagem indígena no Bairro Saco dos Limões, em Florianópolis com o objetivo de legitimar a presença indígena no contexto urbano. Para tanto foi elaborada inicialmente uma pesquisa teórica acerca das relações entre comunidades indígenas e o território e conflitos territoriais na região, diversidade indígena no território nacional, organização espacial indígena, políticas públicas habitacionais voltadas para comunidades indígenas a arquitetura como um instrumento de escrita e leitura da história da cidade.

Ao aproximar-se do contexto regional da intervenção, foram estudadas as diferentes etnias presentes no local bem como seus artesanatos, principal meio de subsistência quando vêm para os centros urbanos, justamente para essa comercialização. Os processos históricos de violência e a ausência de um local apropriado para abrigar essas comunidades foram aspectos abordados na proposta e justificam a intervenção, que parte de projetos elaborados pela prefeitura anteriormente.

Apesar da compreensão que a localização no centro da cidade seria mais adequada aos indígenas, por conhecer o processo de luta da comunidade para a conquista do terreno localizado no Terminal desativado do Saco dos limões, a então estudante projetou a intervenção nesse espaço, reconhecendo as possibilidade de conexão tanto com o centro quanto com a Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁴ Projeto desenvolvido pela então estudante de arquitetura Thayse Menezes Reis a quem agradecemos pela autorização da utilização do seu projeto de conclusão de curso como objeto de análise da pesquisa.

O projeto contempla uma praça de chegada, a casa de passagem, um deck de ligação entre a casa e o campo de futebol existente, além de propor diretrizes para a transformação do terminal em centro cultural (Figura 15).

Figura 15: Proposta – Casa de Passagem Indígena



Fonte: REIS, 2021.

A praça de chegada faz a interface entre a casa de passagem e a comunidade do entorno e prevê espaços e materiais de apropriação dos indígenas por meio do grafismo, espaço de realização de eventos, horta comunitária e espaço de recreação para crianças. No terminal desativado, sugere-se a instalação da Associação de moradores do bairro, um espaço de exposições e venda de artesanato indígena, salas de dança, música e oficinas, auditório, um foyer a céu aberto e uma praça que se conecta com o deck que dá acesso ao campo de futebol.

Na casa de passagem (Figura 16), foi pensado um espaço de transição entre a praça de chegada e a casa para garantir a segurança e a privacidade da comunidade indígena. Na sequência, há um espaço de convivência e integração dos blocos, o espaço do fogo de chão, a edificação da casa de passagem, o pomar, a Opy (casa de reza indígena Guarani) e pequenas ocas sem paredes para serem utilizadas como salas de aula ao ar livre e espaços de sociabilização. O espaço edificado está setorizado em área de dormitórios, cozinha comunitária, áreas de banheiros, lavanderia, espaços para reuniões e fabricação de artesanato, além das áreas externas cobertas (refeitório e arquibancada).

Figura 16: Casa de Passagem Indígena



Fonte: REIS, 2021.

Sobre a materialidade da proposta, cabe destacar que, por se tratar de uma edificação pública, foram propostos materiais de menor custo (blocos de concreto autoportante) e estruturas de madeira roliça para segurar a cobertura de fibrocimento. Em diversos espaços é possível a intervenção da comunidade na edificação, tanto pela possibilidade de inserção de grafismos nas paredes, quanto pelas diferentes possibilidades de uso dos ambientes já projetados e também pela condição de continuidade do projeto e da construção, na medida em que a proposta prevê estruturas de ampliação sem a definição total dos usos.

Ao analisar a presença das categorias de análise socioespaciais no projeto, identificou-se a presença de todas elas como mostra o quadro 10. Acredita-se que o perfil do programa, diretamente ligado à demanda de um grupo sociocultural específico, tenha contribuído para essa consolidação.

Quadro 10: Síntese da análise - Projeto 09

Identificação do projeto	1. Contraste, equilíbrio e mutualidade	2. Fronteiras simbólicas e espaciais	3. Unidades domésticas e de vizinhança	4. Ambiente de manifestação cultural	5. Valores comunitários	6. Diálogo e participação.
Título da proposta: Casa de passagem indígena Escala: Arquitetônica Etapa de formação: 3						

Fonte: Elaborado pela autora

Contraste equilíbrio e mutualidade aparecem tanto na escolha de materiais diversos (revestimentos de bambu trançado em contraste com blocos de concreto, telhas de fibrocimento em contraste com a madeira roliça que as estruturam, entre outros) quanto na adequação ao uso das três etnias predominantes no estado, no equilíbrio entre espaços indígenas e não indígenas, na administração das demandas da comunidade e das possibilidades de uma edificação pública. O projeto é permeado e conflitos e de elementos opostos que se articulam em prol da conquista de um equilíbrio. As fronteiras simbólicas e espaciais estão presentes por meio de espaços de transição entre a comunidade local e a comunidade indígena, evidenciados principalmente pela praça e pelo acesso principal da edificação. Outro aspecto relevante é a delimitação de fronteiras porosas, com a utilização de taludes e cobogós, que inspiram uma continuidade entre interior e exterior do complexo sem deixar de delimitar áreas e usos específicos.

As unidades de vizinhança também são reconhecidas e contempladas por meio da inserção da associação de moradores no centro cultural ao lado da Casa de passagem e a praça que conecta a edificação ao entorno. A proposta em si trata-se de um ambiente de manifestação cultural, que, além de reforçar a identidade indígena, propõe a articulação da intervenção com valores comunitários locais. Por fim, durante a apresentação da proposta, a então estudante explicitou momentos de trocas, conversar e vivências com a comunidade indígena, desde antes do início do projeto, fator este que

colaborou para um melhor entendimento do contexto e das necessidades das comunidades envolvidas.

4.3.5.2. Isto não é um hospital: Hospital integrativo e multidisciplinar para doenças inflamatórias intestinais¹⁵

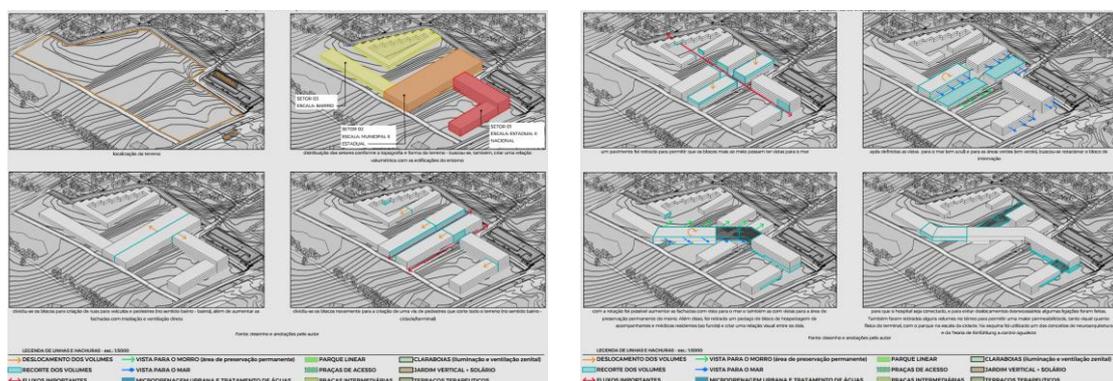
A escolha do tema e o programa da proposta foram motivados pelo histórico do então estudante relacionado às doenças intestinais e as dificuldades vivenciadas por ele na rotina de tratamento. O aspecto e negação presente no título do trabalho diz respeito à ampliação da abrangência da intervenção, caracterizando-se não apenas como edificação, mas causando um impacto positivo na escala urbana.

A pesquisa aborda o estudo de práticas integrativas e complementares de tratamento, os benefícios de equipes multidisciplinares, os dados levantados pelas associações médicas e de pacientes, o mapeamento de centros de referência no tratamento desde o nível nacional, regional, estadual e chegando à escala do município. Este estudo orientou a escolha da localização da proposta na cidade de Biguaçu-SC.

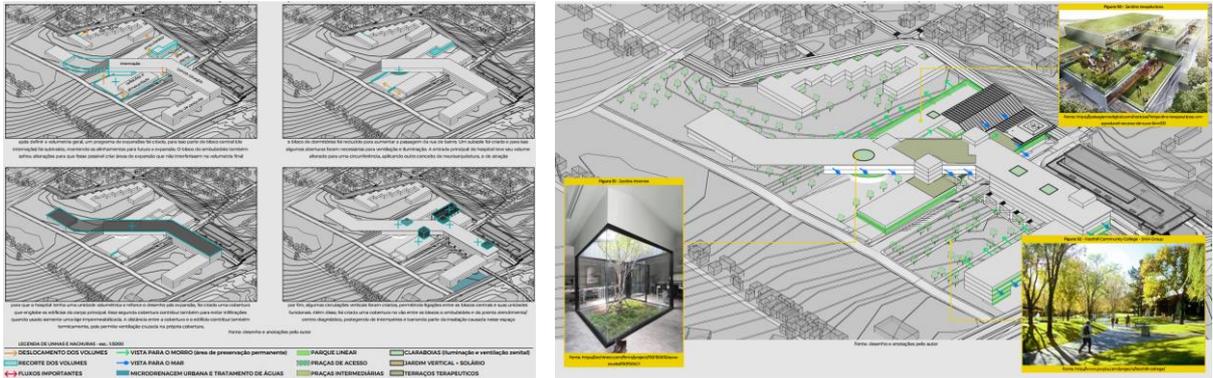
Além da edificação em si, foram propostas diretrizes urbanas com o objetivo de qualificar as conexões da cidade de forma a tornar o hospital um potencializador dessas conexões em nível local e municipal. Nesse sentido as principais orientações estão voltadas às melhorias na mobilidade e a criação de áreas verdes públicas para apropriação dos moradores do bairro.

A implantação é composta a partir da setorização ilustrada na Figura 17, são propostos diferentes níveis e números de pavimento nas edificações priorizando as visuais do local. Foi elaborado um partido paisagístico para contemplar o conceito de biofilia e neuro arquitetura, por exemplo a implantação de jardins terapêuticos, varandas e demais áreas verdes.

Figura 17: Setorização, evolução volumétrica e partido paisagístico.



¹⁵ Projeto desenvolvido pelo então estudante de arquitetura Arthur Furtado da Silva e quem agradecemos pela autorização da utilização do seu projeto de conclusão de curso como objeto de análise da pesquisa.



Fonte: SILVA,2020.

Ao observar as plantas e perspectivas do projeto (Figura18) é possível identificar a espacialização dos conceitos abordados na etapa da pesquisa anteriormente mencionados.

Figura 18: Implantação, cortes e perspectivas do projeto.



Fonte: SILVA,2020.

Encontram-se presentes no projeto, todas as categorias de análise, entre as quais apenas a denominada ambientes de manifestação cultural não foi totalmente contemplada conforme informao quadro 11.

Quadro 11: Síntese da análise - Projeto 10

Identificação do projeto	1. Contraste, equilíbrio e mutualidade	2. Fronteiras simbólicas e espaciais	3. Unidades domésticas e de vizinhança	4. Ambiente de manifestação cultural	5. Valores comunitários	6. Diálogo e participação.
Título da proposta: Hospital integrativo e multidisciplinar. Escala: Arquitetônica Etapa de formação: 3						
Perceber e considerar as diversas dimensões da arquitetura: programa, normas, relação com a cidade, etc.						

Fonte: Elaborado pela autora

Contraste, equilíbrio e mutualidade podem ser observados na equilibrada proporção entre ambiente construído e de preservação e regeneração natural, na utilização de materiais com características estéticas distintas, na diversidade de usos do programa e também na preocupação demonstrada em equilibrar usos públicos e atividades médicas específicas.

As fronteiras simbólicas e espaciais, fundamentais para o bom funcionamento de um equipamento voltado à saúde são contempladas, ainda que em nível e estudo preliminar. Destaca-se ainda que, apesar da necessidade de áreas restritas ao acesso de grupos distintos de pessoas (médicos, pacientes, acompanhantes e visitantes da área pública da estrutura), as barreiras são colocadas de modo a estabelecer espaços de transição, escalonando a possibilidade de permeabilidade da edificação sem oferecer uma ruptura brusca no fluxo de pessoas.

O projeto, na medida em que supera um equipamento de saúde e se volta para a cidade, criando um parque linear ao longo da edificação, contempla o bairro, seus moradores e qualifica o lugar também em termos de espaços públicos de lazer e contemplação, resgatando também valores comunitários locais e alterando a dinâmica local de apropriação dos espaços públicos. Outro aspecto fundamental é o posicionamento estratégico da intervenção, que considera fluxos locais e regionais, mas supera essa abordagem e propõe a integração da estrutura com as principais vias que a ligam tanto ao interior do estado quanto ao restante do país.

Por outro lado, acredita-se que em função de o foto das atividades que a proposta recebe estarem ligadas diretamente à saúde, aspectos ligados às especificidades culturais dos usuários não tenham sido amplamente contemplados. Por fim, a categoria denominada diálogo e participação é diretamente observável por meio da estratégia de escuta adotada nas entrevistas com três médicos e três centros de referência multidisciplinares e questionário online com 629 respostas. Nota-se que a adoção de instrumentos de escuta de possíveis usuários e especialistas da área trouxe uma nova visão sobre o projeto e possibilitou que a proposta esteja ainda mais alinhada com a realidade e com os anseios dos colaboradores.

O projeto devido à sua complexidade técnica e necessidade de abordagem multiescalar, possibilitou a reflexão sobre categorias de análise que possam alertar o projetista quanto à contemplação dessas diferentes dimensões no projeto: técnica, de relação com o entorno, da materialidade, estrutura, necessidades específicas, entre outras.

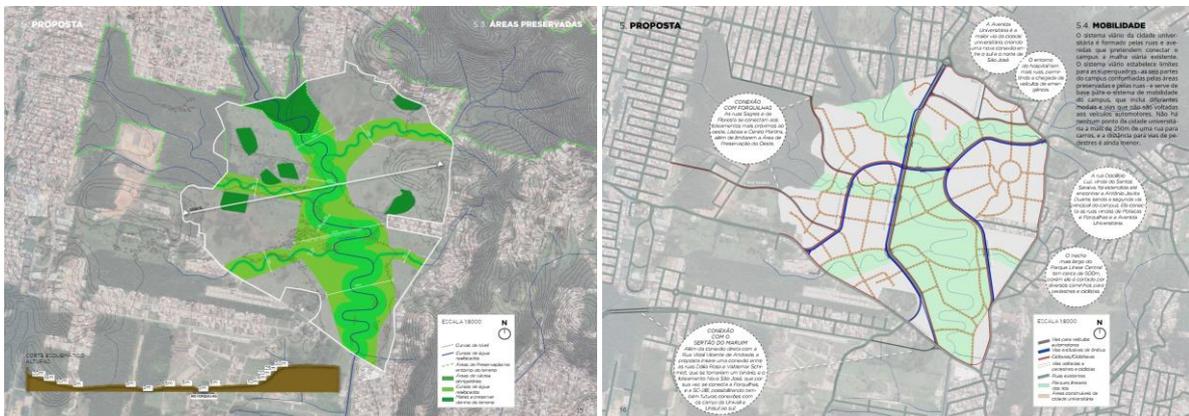
4.3.6. Estágio final de formação: Trabalho de conclusão de curso - Projeto Urbano.

4.3.6.1. Proposta para uma Cidade Universitária em São José – SC¹⁶.

A proposta se desenvolve na perspectiva de espacialização de um exercício de imaginação acerca do território da universidade, enfocando preceitos ligados à urbanidade. A primeira reflexão aparece na escolha da localização da proposta, um vazio urbano na cidade de São José, indicando a criação da cidade universitária fora do eixo de concentração de equipamentos e infraestrutura, a região central de Florianópolis e potencialmente criando uma centralidade no local.

O ponto de partida da proposta é o estudo acerca dos cursos de água existentes no terreno e a regeneração da área verde, atualmente degradada, setorizando inicialmente o terreno em áreas verdes e áreas urbanizadas. A mobilidade urbana é pensada priorizando a caminhabilidade como pode ser observado na figura 19.

Figura 19: Diretrizes quanto áreas verdes e mobilidade.



Fonte: CHAVES, 2020.

Como resultado da reflexão acerca do funcionamento e configuração espacial da Universidade Federal de Santa Catarina, somado às pesquisas realizadas principalmente sobre a Universidade Federal do ABC Paulista e a Universidade do Sul da Bahia, o então estudante propõe diretrizes de ocupação e dinâmicas de uso do território: interdisciplinaridade, valorização das escolhas do estudante ao longo do processo formativo, flexibilidade espacial, incentivo de atividades práticas, divulgação das ações da universidade e extensão.

¹⁶ Projeto desenvolvido pelo então estudante de arquitetura Filipe Souza Chaves e quem agradecemos pela autorização da utilização do seu projeto de conclusão de curso como objeto de análise da pesquisa.

Figura 20: Proposta e estudo de usos por ciclos.



Fonte: CHAVES,2020.

A formação, seria desenvolvida no sistema de três ciclos, com edificações específicas para cada um deles. O primeiro ciclo corresponde aos dois primeiros anos de graduação, é a entrada do estudante na universidade. Nesse momento, ao invés de escolher a graduação diretamente, o estudante escolhe uma entre as nove grandes áreas do conhecimento (Colégios de ensino e formação) e teria acesso às disciplinas generalistas de instrumentalização. No segundo ciclo é realizada a escolha do curso de graduação (Laboratório/Sala e Sedes dos cursos).

O terceiro ciclo, nomeado ciclo da responsabilidade, o estudante recém formado tem a opção trabalhar na universidade exercendo sua profissão (Prédios institucionais - Hospital universitário, museu, teatro, centros estudantil, centro de eventos, entre outros). Além dos edifícios institucionais, é proposto o último tipo de edificação (Edifício misto – térreo com salas multiuso e demais andares residenciais). Finalmente, com a organização dos ciclos e usos das edificações, foi conformada a proposta da cidade universitária, que propõe uma integração entre proposta urbanística e pedagógica (Figura 20). Quando às categorias de análise socioespacial, identificam-se em medidas diferentes, todas as categorias elencadas, conforme o quadro 12.

Quadro 12: Síntese da análise - Projeto 11

Identificação do projeto	1. Contraste, equilíbrio e mutualidade	2. Fronteiras simbólicas e espaciais	3. Unidades domésticas e de vizinhança	4. Ambiente de manifestação cultural	5. Valores comunitários	6. Diálogo e participação.
Título da proposta: Cidade Universitária de São José Escala: Urbanística Etapa de formação: 3						
Pensar a possibilidade de além das unidades domésticas e de vizinhança, considerar as relações das intervenções com o contexto municipal e regional quando possível! (Áreas de influência da intervenção)						

Fonte: Elaborado pela autora

A categoria de contraste, equilíbrio e mutualidade, é abordada tanto na articulação entre proposta pedagógica e planejamento urbano quando na consideração de diversos usos que se complementam, para além da demanda universitária propriamente dita. As fronteiras simbólicas se estabelecem na medida em que a intervenção propõe uma ruptura com o contexto do entorno com a criação dessa nova centralidade, que estabelece também um marco espacial, com a qualificação e

proteção dos cursos de água e a criação do parque linear como eixo estruturante da cidade universitária. A categoria que aborda unidades domésticas e de vizinhança foi abordada quanto ao estudo de conectividade de mobilidade urbana, mas não fica evidente quanto ao perfil da comunidade atualmente estabelecida na região e as transformações possíveis na dinâmica urbana tanto na escala local quanto na regional com a implantação de um equipamento de tamanha magnitude.

A valorização de grandes áreas verdes, de lazer e contemplação, permite identificar esses espaços como potenciais instrumentos de práticas culturais locais, consolidadas nesses espaços públicos, reforçando e reinventando valores comunitários a partir da apropriação e vivência da cidade universitária. Desde o princípio da exposição da proposta, o então estudante esclarece que este, é um exercício de imaginação e considera a proposta, em certa medida utópica. Mesmo assim, enquanto morador da região consegue identificar as potencialidades e fragilidades da área, contemplando, mesmo que parcialmente a categoria de diálogo e participação. A análise das categorias em uma escala mais complexa, oportunizada por esta proposta, provocou o questionamento quanto a abordagem prevista na terceira categoria, na qual, além de unidades domésticas e de vizinhança poderia ser pensada a relação da proposta com contextos municipais e regionais.

4.3.6.2. Cidade, patrimônio e cotidiano: Proposta de diretrizes urbanas para a valorização das rugosidades da Rua General Bittencourt¹⁷.

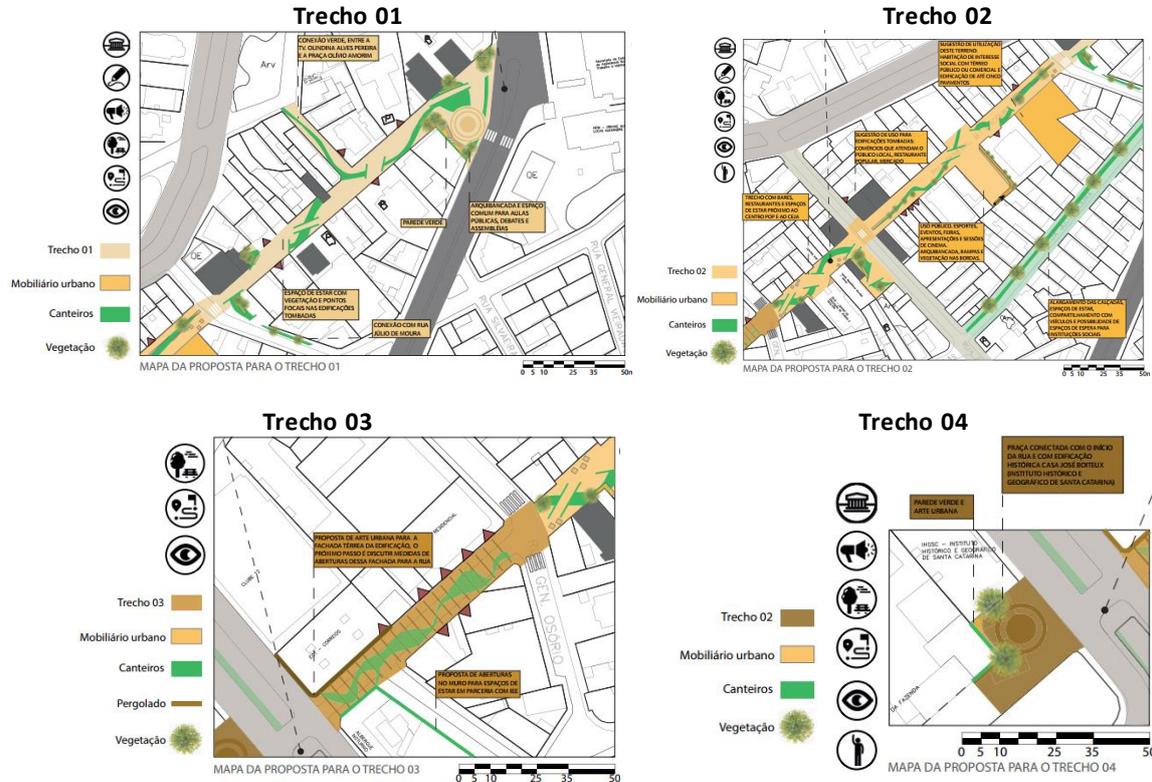
A proposta teve como objetivo propor diretrizes de desenho urbano pensando em possíveis usos e apropriações na R. General Bittencourt, tendo o cotidiano, o patrimônio cultural, a diversidade e as rugosidades da região como agentes consolidadores. Para tanto, após análise e estudo do local, foram propostas diretrizes, em três tempos diferentes de intervenção.

No curto prazo, as diretrizes orientam ações no sentido de valorizar a cultura local presente na região junto das edificações históricas por meio de políticas públicas de manutenção dessa população, atividades culturais realizadas por pessoas e Instituições da região e editais de arte pública contando a história da região; Gerar espaços de suporte à cultura, arte e educação, pensando a rua como apoio à sala de aula, com aulas públicas, para grupos específicos e funcionando também como centro de cultural; Criar suporte para espaços de fala coletivos, diálogo e espaços de aprendizagem (sindicatos, aulas externas, palestras e oficinas). No médio prazo o foco está na qualificação dos espaços de lazer e estar na Rua General Bittencourt, tornando-a mais atrativa às apropriações, incluindo vegetação e mobiliário. Finalmente, a longo prazo, as ações visam priorizar a caminhabilidade, conectando o Centro Histórico com as comunidades próximas através da R. General Bittencourt, Valorizar o eixo visual

¹⁷ Projeto desenvolvido pela então estudante de arquitetura Marcella Luiza Vettori Dalsenter a quem agradecemos pela autorização da utilização do seu projeto de conclusão de curso como objeto de análise da pesquisa.

formado pela R. General Bittencourt e Combater os vazios urbanos e imóveis subutilizados. As imagens a seguir, ilustram e localizam a aplicação das diretrizes em cada um dos trechos estudados.

Figura 21: Aplicação das diretrizes



Fonte: DALSENTER, 2020.

Entre as intervenções propostas, destacam-se o fechamento da via para veículos em alguns trechos, a criação de praças e inúmeros espaços propícios à ocupação e apropriação do usuário cotidiano, canteiros e mobiliário que qualificam os espaços e facilitam a permanência dos usuários no local, a valorização das edificações tombadas e sugestão de novos usos para terrenos subutilizados.

Na proposta apresentada, foi possível identificar a presença de todas as categorias de análise consideradas nessa pesquisa, conforme quadro 13.

Quadro 13: Síntese da análise - Projeto 12

Identificação do projeto	1. Contraste, equilíbrio e mutualidade	2. Fronteiras simbólicas e espaciais	3. Unidades domésticas e de vizinhança	4. Ambiente de manifestação cultural	5. Valores comunitários	6. Diálogo e participação.
Título da proposta: Proposta de diretrizes urbanas para a valorização das rugosidades da Rua General Bittencourt Escala: Urbanística Etapa de formação: 3						
Avaliar a possibilidade de junção das categorias 4 e 5, pois aparecem na maioria dos casos, conectadas.						

Fonte: Elaborado pela autora

Identificam-se na aplicação da proposta o equilíbrio entre unidades e materiais em princípio antagônicos, mas que se articulam por meio da proposta: áreas impermeabilizadas e implantação de vegetação, edificações tombadas e contemporâneas dialogando de maneira que a passagem do tempo

possa ser reconhecida nesse espaço e o equilíbrio entre uso de carros e de pedestres, deixando clara a opção pela priorização do pedestre. Apesar de a proposta apresentar um espaço fluido de intervenção as fronteiras entre público e privado são respeitadas, assim como os espaços definidos para o uso de automóveis e pedestres, é delimitado. As unidades domésticas e de vizinhança estão presentes por meio das diretrizes que incentivam a conexão das fachadas das edificações com a rua e reconhecem os usos e as edificações existentes na proposta. A criação de lugares propícios para manifestações culturais, encontros, reuniões, desenvolvimento de atividades de ensino, reuniões e demais ações comunitárias, fazem com que tanto a categoria “ambiente de manifestação cultural” quando a de “valores comunitários” sejam amplamente contempladas. No momento da apresentação da proposta foi mencionado a expectativa da então estudante em conversar com os usuários atuais do local e moradores da região, ação essa impossibilitada pela pandemia. Mas a consideração dessa estratégia de escuta e participação dos usuários no processo de projeto fazem com que a última categoria de análise também seja identificada na proposta.

4.3.7. Síntese dos resultados

Após a análise inicial das categorias em relação aos projetos elaborados nas diferentes fases do percurso formativo de arquitetos e urbanistas da UFSC, identificou-se que a maioria delas foi contemplada nas propostas, conforme quadro 14.

Quadro 14: Síntese geral da análise

Identificação do projeto	1. Contraste, equilíbrio e mutualidade	2. Fronteiras simbólicas e espaciais	3. Unidades domésticas e de vizinhança	4. Ambiente de manifestação cultural	5. Valores comunitários	6. Diálogo e participação.
Título da proposta: Caranguejão Escala: Arquitetônica Etapa de formação: 1						
Abordar elementos históricos para identificação de símbolos ou práticas culturais. Oferecer elementos de análise social para compreensão do modo de vida em sociedade. Estratégias de escuta dos usuários e metodologia de projeto participativo em diferentes níveis.						
Título da proposta: Arquitetura itinerante infantil Escala: Arquitetônica Etapa de formação: 1						
Identidade visual simbólica. Iconografia. Pensar a atividade a ser desenvolvida a partir da cultura. Analisar como aplicar a categoria de unidades domésticas e de vizinhança quando a proposta é adaptável a diferentes contextos. Explorar a possibilidade de experiências sociais a partir da edificação e Pensar estratégias de projeto participativo com crianças.						
Título da proposta: Centralidade Bosque das Palmeiras Escala: Urbana Etapa de formação: 1						
Ao longo do projeto a linguagem formal se transforma, com a inserção gradativa de formas orgânicas. Pensar estratégias de transição de uso e de identidade dos espaços como elementos de análise. Projetistas como usuáries do local, mas sem estratégias projetuais de escuta.						
Título da proposta: Centralidade HIS Escala: Urbana Etapa de formação: 1						
Projetistas como usuáries do local, mas sem estratégias projetuais de escuta. Pensar estratégia de contemplar usuários por grupos de interesse, não necessariamente ligados ao contexto local específico.						

Título da proposta: Centro de terapia ocupacional de apoio Psicológico Escala: Arquitetônica Etapa de formação: 2						
Pensar estratégia de contemplar usuários por grupos de interesse, não necessariamente ligados ao contexto local específico.						
Título da proposta: Edifício multifuncional Escala: Arquitetônica Etapa de formação: 2						
Título da proposta: Proposta urbanística para o setor 4. Escala: Urbanístico Etapa de formação: 2						
Título da proposta: Proposta urbanística para o setor 3. Escala: Urbanístico Etapa de formação: 2						
Título da proposta: Casa de passagem indígena Escala: Arquitetônica Etapa de formação: 3						
Título da proposta: Hospital integrativo e multidisciplinar. Escala: Arquitetônica Etapa de formação: 3						
Perceber e considerar as diversas dimensões da arquitetura: programa, normas, relação com a cidade, etc.						
Título da proposta: Cidade Universitária de São José Escala: Urbanística Etapa de formação: 3						
Pensar a possibilidade de além das unidades domésticas e de vizinhança, considerar as relações das intervenções com o contexto municipal e regional quando possível (Áreas de influência da intervenção)						
Título da proposta: Proposta de diretrizes urbanas para a valorização das rugosidades da Rua General Bittencourt Escala: Urbanística Etapa de formação: 3						
Avaliar a possibilidade de junção das categorias 4 e 5, pois aparecem na maioria dos casos, conectadas.						

Fonte: Elaboração própria

A análise possibilitou a reflexão a respeito tanto da possibilidade de inserção de novas categorias, a fim de ampliar a abordagem da análise e aumentar a segurança dos projetistas no desenvolvimento das propostas, quanto a junção de algumas delas, haja vista a proximidade de suas aplicações nos projetos.

Entre as principais alterações a serem consideradas, destacam-se as seguintes: a abordagem de elementos históricos para identificação de símbolos ou práticas culturais locais, oferecer elementos de análise social para compreensão do modo de vida em sociedade, disponibilizar estratégias de escuta dos usuários e metodologias de projeto participativo em diferentes níveis, identificação da identidade visual simbólica, pensar a atividade a ser desenvolvida a partir da cultura, analisar como aplicar a categoria de unidades domésticas e de vizinhança quando a proposta é adaptável a diferentes contextos, explorar a possibilidade de experiências sociais a partir da edificação e pensar estratégias de projeto participativo com crianças, pensar estratégias de transição de uso e de identidade dos espaços como elementos de análise, pensar estratégia para contemplar usuários por grupos de interesse, não necessariamente ligados ao contexto local específico, perceber e considerar nas categorias de análise as diversas dimensões da arquitetura: programa, normas, relação com a cidade, etc., pensar a possibilidade de além das unidades domésticas e de vizinhança, considerar as relações

das intervenções com o contexto municipal e regional quando possível (Áreas de influência da intervenção), avaliar a possibilidade de junção das categorias 4 e 5, pois aparecem na maioria dos casos, conectadas.

4.4. Revisão das categorias de análise

A partir dos elementos descritos anteriormente, as categorias de análise iniciais foram revistas, revisadas, ampliadas, unificadas e reescritas conforme segue.

Figura 22: Categorias de análise socioespacial.



Fonte: Elaborado pela autora

4.4.1. Componentes complementares¹⁸.

A sociedade contemporânea é caracterizada pela conformação de um mosaico sociocultural, no qual diversos elementos, muitas vezes antagônicos e contraditórios, precisam dialogar e conviver. Compreendendo essa diversidade, inerente ao nosso tempo, essa categoria tem como objetivo identificar tanto nas propostas espaciais quanto nos contextos sobre os quais se planeja uma intervenção, esses elementos complementares.

Para construir a análise a partir dessa categoria, é necessário observar o espaço projetado e sua materialidade no que diz respeito aos elementos opostos presentes que atuam de maneira complementar, em prol do equilíbrio da proposta entre os quais destacam-se: materiais, técnicas

¹⁸ A categoria tem origem no entendimento dos princípios cosmológicos que regem a sociedade e o espaço indígena Kaingang, isto é, o dualismo e a complementaridade representada nas metades tribais Kamé e Kairu que apesar de apresentarem características antagônicas são mutuamente dependentes e a presença de ambas é necessária para que as comunidades vivam em equilíbrio.

construtivas, conceitos elementares utilizados no projeto, funcionalidades, formas arquitetônicas presentes e grupos de usuários.

Perguntas para orientar a análise:

- Quais são os elementos complementares/contrastantes considerados na proposta? (Materiais, cores, técnicas construtivas, conceitos, funcionalidades, grupos de pessoas, entre outros).
- Quais as relações construídas entre meio natural e espaço edificado?
- Há diversidade de estruturas funcionais? Elas são segmentadas por grupos de usuários?
- Quais os grupos de usuários considerados na proposta? São considerados complementares/opostos? Por que?
- A forma arquitetônica ou urbanística adotada na proposta se mantêm no desenvolvimento de todo o projeto ou sofre alterações de acordo com a porção da proposta analisada? Por que isso acontece?
- A proposta equilibra necessidades técnicas, contextuais, materiais, econômicas e simbólicas? Como analisa a conexão entre essas dimensões da arquitetura e do urbanismo?

4.4.2. Fronteiras simbólicas e espaciais

Ao pensar uma proposta de intervenção espacial, independente da escala, é necessário avaliar quais são os atores e usuários envolvidos, quais as principais atividades desenvolvidas nos espaços propostos e se há delimitações de áreas de influências para grupos ou atividades específicas. Essa categoria objetiva mapear essas relações, identificando espaços de interação livre, lugares de uso restrito e ambientes nos quais não se deve interferir.

Esta análise inclui a observação de fronteiras físicas e simbólicas, restrições de acesso, análise de permeabilidade das propostas bem como as relações entre espaços públicos e privados, de uso coletivo e individual.

Perguntas para orientar a análise:

- Existem lugares com restrição de acesso na proposta?
- Quais as diferentes atividades que a proposta precisa contemplar? Quais as necessidades espaciais para o desenvolvimento de cada uma delas?
- As áreas de influência da proposta são separadas por barreiras físicas ou apenas simbólicas?
- Os lugares mais segregados, se caracterizam dessa maneira intencionalmente?
- A proposta tem barreiras visuais, ao movimento ou ambas? Por que?

4.4.3. Aproximação com o contexto global e local

A trama na qual as propostas de intervenção espacial se inserem, desde a escala global até as unidades de vizinhança podem revelar características fundamentais para compreender as dinâmicas socioespaciais presentes. A localização das edificações pode sinalizar a relação que estas estabelecem com a comunidade na qual se inserem. Para dar alguns exemplos, a localização de uma praça nas proximidades de uma área densamente ocupada por moradias, pode indicar maior apropriação desse espaço; a implantação de um parque distante de área residencial, cujo acesso precisa ser feito com transporte motorizado, pode implicar na redução na tendência de ocupação e apropriação deste pela comunidade; ao residir em uma área residencial com comércio local diversificado, é provável que as pessoas se desloquem menos utilizando carros e que estreitem as relações com a vizinhança.

Tendo em vista essa dimensão do posicionamento em relação ao bairro, à cidade, à região, e relações de vizinhança, essa categoria prevê o mapeamento das edificações e a identificação dos vínculos pessoais, institucionais e entre pessoas e lugares que derivam dessa organização espacial.

Perguntas para orientar a análise:

- Qual a relação da proposta com as edificações pré-existentes?
- Existe uma relação entre localização da proposta e uso do espaço? Qual é?
- A intervenção altera ou reforça dinâmicas cotidianas existentes?
- Qual o impacto da implantação da proposta no contexto da cidade, do bairro ou da região?
- Os sistemas de mobilidade existentes ou propostos, colaboram para que os usuários se sintam encorajados a vivenciar a rua e demais os lugares de uso coletivo do entorno?

4.4.4. Valores culturais e comunitários

A análise proposta nessa categoria considera a necessidade compreender a dinâmica das relações sociais e culturais que envolvem os usuários da edificação, do bairro ou da cidade. É necessário compreender seus hábitos, as relações estabelecidas hierarquicamente, quem são os atores responsáveis pelas tomadas de decisão no grupo, etc. Busca-se dessa forma, compreender estratégias de configuração espacial focadas nos valores sociais fundamentais para a unidade/coesão do grupo. São considerados fatores ligados à territorialidade, padronização de tipologias arquitetônicas e a relação público/privado.

Nesse sentido, entende-se que tanto em edificações quanto na estrutura geral da cidade, são criados espaços a partir da identidade cultural de seus usuários. Nesse sentido, se propõe a analisar as influências (limites e possibilidades) dos lugares de uso coletivo ou individual nas ações humanas de cunho cultural. Caracteriza cenários responsáveis pela afirmação e comunicação da cultura local e fortalecimento dos valores comunitários estabelecidos pelo grupo.

Como estratégias para apreender esse contexto sociocultural, sugere a abordagem histórica e o diálogo com moradores do entorno para identificação de elementos, símbolos e práticas culturais.

Perguntas para orientar a análise:

- Existem símbolos locais que identificam o lugar ou uma referência cultural icônica? É possível identificar elementos de identidade cultural local? Quais?
- Como se organizam os moradores da região? Associação, individualmente?
- Há algum grupo cultural predominante ou em processo de afirmação cultural? De que lugares precisam para que possam se manifestar culturalmente?
- A forma e a localização da proposta podem encorajar a prática de valores comunitários desejáveis?
- Quais os valores comunitários contemplados pela proposta?
- A proposta estabelece relação com o contexto local? Quais são elas? (Sugere-se a análise a partir de mapas e diagramas)
- São propostos espaços que incentivam o convívio/encontro entre pessoas de diferentes grupos sociais?
- A proposta contempla espaços nos quais a comunidade ou os indivíduos possam intervir? Há possibilidade de continuidade/ampliação/modificação do projeto de forma espontânea?

4.4.5. Diálogo e participação

Por fim, esta análise diz respeito às estratégias de participação adotadas na proposta. Discute-se a importância da escuta e da construção colaborativa do processo projetual, articulando a atuação profissional especializada com as necessidades e anseios dos usuários dos lugares projetados.

Perguntas para orientar a análise:

- Quais os principais grupos de usuários de seus projeto?
- Os usuários serão ouvidos ao longo do processo? De que maneira?
- Como pode acessá-los para ouvir quais são as necessidades e expectativas sobre a proposta?
- O projetista é um possível usuário da proposta? Suas experiências no local foram consideradas?
- Existem associações ou pesquisas anteriores com grupos de usuários com perfil semelhante ao que a proposta pretende atender? Poderia utilizar pesquisas anteriores para identificar as necessidades a partir de um grupo de interesse, isto é, com base em dados de outros estudos elaborados anteriormente?

4.5. Compartilhamento do instrumento

Com o objetivo de disponibilizar à comunidade acadêmica os resultados da pesquisa e criar um canal de comunicação com a mesma acerca das categorias de análise, foi desenvolvido o material gráfico apresentado a seguir.

O material foi estruturado em formato A3 para facilitar a impressão do mesmo. Na parte da frente, está uma explicação sintética do instrumento e de cada uma das categorias de análise, conforme Figura 23.

Figura 23: Instrumento para análise socioespacial.

<p>CATEGORIAS DE ANÁLISE</p> <p>Este instrumento é um convite para pensarmos as propostas de intervenção a partir de outra perspectiva.</p> <p>As categorias de análise aqui compartilhadas devem ser utilizadas preferencialmente nas primeiras etapas de projeto.</p> <p>O objetivo é considerar elementos socioespaciais para que intervenções mais adequadas aos contextos e às pessoas possam ser elaboradas.</p> <p>Este material é fruto de uma pesquisa que permanece em desenvolvimento e revisão, então, contribuições são sempre bem-vindas!</p> <p>Entre em contato: https://forms.gle/F6CznMvQaYCuikLA</p>	<p>SOCIOESPACIAL</p>	<p>01 COMPONENTES COMPLEMENTARES</p> <p>A sociedade contemporânea é caracterizada pela conformação de um mosaico sociocultural, no qual diversos elementos, muitas vezes antagônicos e contraditórios, precisam dialogar e conviver. Compreendendo essa diversidade, inerente ao nosso tempo, essa categoria tem como objetivo identificar tanto nas propostas espaciais quanto nos contextos sobre os quais se planeja uma intervenção, esses elementos complementares. Para construir a análise a partir dessa categoria, é necessário observar o espaço projetado e sua materialidade no que diz respeito aos elementos presentes que atuam de maneira complementar, em prol do equilíbrio da proposta entre os quais destacam-se: materiais, técnicas construtivas, conceitos elementares utilizados no projeto, funcionalidades, formas arquitetônicas presentes e grupos de usuários.</p>	<p>02 FRONTEIRAS SIMBÓLICAS E ESPACIAIS</p> <p>Ao pensar uma proposta de intervenção espacial, independente da escala, é necessário avaliar quais são os atores e usuários envolvidos, quais as principais atividades desenvolvidas nos espaços propostos e se há delimitações de áreas de influências para grupos ou atividades específicas. Essa categoria objetiva mapear essas relações, identificando espaços de interação livre, lugares de uso restrito e ambientes nos quais não se deve interferir. Esta análise inclui a observação de fronteiras físicas e simbólicas, restrições de acesso, análise da permeabilidade das propostas bem como as relações entre espaços públicos e privados, de uso coletivo e individual.</p>	<p>03 APROXIMAÇÃO COM O CONTEXTO GLOBAL E LOCAL</p> <p>A trama na qual as propostas de intervenção espacial se inserem, desde a escala global até as unidades de vizinhança podem revelar características fundamentais para compreender as dinâmicas socioespaciais presentes. A localização das edificações pode sinalizar a relação que estas estabelecem com a comunidade na qual se inserem. Tendo em vista essa dimensão do posicionamento em relação ao bairro, à cidade, à região, e relações de vizinhança, essa categoria prevê o mapeamento das edificações e a identificação dos vínculos pessoais, institucionais e entre pessoas e lugares que derivam dessa organização espacial.</p>	<p>04 VALORES CULTURAIS E COMUNITÁRIOS</p> <p>A análise proposta nessa categoria considera a necessidade de compreender a dinâmica das relações sociais e culturais que envolvem os usuários da edificação, do bairro ou da cidade. É necessário compreender seus hábitos, as relações estabelecidas hierarquicamente, quem são os atores responsáveis pelas tomadas de decisão no grupo, etc. Busca-se dessa forma, compreender estratégias de configuração espacial focadas nos valores sociais fundamentais para a unidade/coesão do grupo. São considerados fatores ligados à territorialidade, padronização de tipologias arquitetônicas e a relação público/privado. Nesse sentido, entende-se que tanto em edificações quanto na estrutura geral da cidade, são criados espaços a partir da identidade cultural de seus usuários. Nesse sentido, se propõe a analisar as influências (limites e possibilidades) dos lugares de uso coletivo ou individual nas ações humanas de cunho cultural. Caracteriza cenários responsáveis pela afirmação e comunicação da cultura local e fortalecimento dos valores comunitários estabelecidos pelo grupo.</p>	<p>05 DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO</p> <p>Esta análise diz respeito às estratégias de participação adotadas na proposta. Discute-se a importância da escuta e da construção colaborativa do processo projetual, articulando a atuação profissional especializada com as necessidades e anseios dos usuários dos lugares projetados.</p>
--	-----------------------------	--	--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria.

Figura 24: Instrumento para análise socioespacial - verso.

<p>CATEGORIAS DE ANÁLISE</p> <p>Para auxiliar no desenvolvimento da análise, foram propostas algumas perguntas para avaliação de cada uma das categorias.</p> <p>SOCIOESPACIAL</p>	<p>01 COMPONENTES COMPLEMENTARES</p> <p>Quais são os elementos complementares/contrastantes considerados na proposta? (Materiais, cores, técnicas construtivas, conceitos, funcionalidades, grupos de pessoas, entre outros).</p> <p>Quais as relações construídas entre meio natural e espaço edificado?</p> <p>Há diversidade de estruturas funcionais? Elas são segmentadas por grupos de usuários?</p> <p>Quais os grupos de usuários considerados na proposta? São considerados complementares/opostos? Por que?</p> <p>A forma arquitetônica ou urbanística adotada na proposta se mantêm no desenvolvimento de todo o projeto ou sofre alterações de acordo com a porção da proposta analisada? Por que isso acontece?</p> <p>A proposta equilibra necessidades técnicas, contextuais, materiais, econômicas e simbólicas? Como analisa a conexão entre essas dimensões da arquitetura e do urbanismo?</p>	<p>02 FRONTEIRAS SIMBÓLICAS E ESPACIAIS</p> <p>Existem lugares com restrição de acesso na proposta?</p> <p>Quais as diferentes atividades que a proposta precisa contemplar? Quais as necessidades espaciais para o desenvolvimento de cada uma delas?</p> <p>As áreas de influência da proposta são separadas por barreiras físicas ou apenas simbólicas?</p> <p>Os lugares mais segregados, se caracterizam dessa maneira intencionalmente?</p> <p>A proposta tem barreiras visuais, ao movimento ou ambas? Por que?</p>	<p>03 APROXIMAÇÃO COM O CONTEXTO GLOBAL E LOCAL</p> <p>Qual a relação da proposta com as edificações e demais estruturas pré-existentes?</p> <p>Existe uma relação entre localização da proposta e uso do espaço? Qual é?</p> <p>A intervenção altera ou reforça dinâmicas cotidianas existentes?</p> <p>Qual o impacto da proposta no contexto da cidade, do bairro ou da região?</p> <p>Os sistemas de mobilidade existentes ou propostos, colaboram para que os usuários se sintam encorajados a vivenciar a rua e demais os lugares de uso coletivo do entorno?</p>	<p>04 VALORES CULTURAIS E COMUNITÁRIOS</p> <p>Existem símbolos locais que identificam o lugar ou uma referência cultural icônica? É possível identificar elementos de identidade cultural local?</p> <p>Quais?</p> <p>Como se organizam os moradores da região? Associação, individualmente?</p> <p>Há algum grupo cultural predominante ou em processo de afirmação cultural? De que lugares precisam para que possam se manifestar culturalmente?</p> <p>A forma e a localização da proposta podem encorajar a prática de valores comunitários desejáveis?</p> <p>Quais os valores comunitários contemplados pela proposta?</p> <p>A proposta estabelece relação com o contexto local? Quais são elas? (Sugere-se a análise a partir de mapas e diagramas)</p> <p>São propostos espaços que incentivam o convívio/encontro entre pessoas de diferentes grupos sociais?</p> <p>A proposta contempla espaços nos quais a comunidade ou os indivíduos possam intervir? Há possibilidade de continuidade/ampliação/modificação do projeto de forma espontânea?</p>	<p>05 DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO</p> <p>Quais os principais grupos de usuários de seu projeto?</p> <p>Os usuários serão ouvidos ao longo do processo? De que maneira?</p> <p>Como pode acessá-los para ouvir quais são as necessidades e expectativas sobre a proposta?</p> <p>O projetista é um possível usuário da proposta? Suas experiências no local foram consideradas?</p> <p>Existem associações ou pesquisas anteriores com grupos de usuários com perfil semelhante ao que a proposta pretende atender? Poderia utilizar pesquisas anteriores para identificar as necessidades a partir de um grupo de interesse, isto é, com base em dados de outros estudos elaborados anteriormente?</p>
--	--	---	--	---	--

Fonte: Elaboração própria.

No verso (Figura 24), são colocadas uma série de perguntas direcionadas à cada categoria, com o intuito de tornar a análise mais objetiva. O material pode ser dobrado de forma sanfonada, resultando em folder com dimensão final de 70x220mm. Vale destacar que na Capa do material, foi disponibilizado um link para contribuições que leva ao formulário, conforme figura 25.

Figura 25: Instrumento para análise socioespacial – capa e formulário.

CATEGORIAS DE ANÁLISE SOCIOESPACIAL

Este instrumento é um convite para pensarmos as propostas de intervenção a partir de outra perspectiva.

As categorias de análise aqui compartilhadas devem ser utilizadas preferencialmente nas primeiras etapas de projeto.

O objetivo é considerar elementos socioespaciais para que intervenções mais adequadas aos contextos e às pessoas possam ser elaboradas.

Este material é fruto de uma pesquisa que permanece em desenvolvimento e revisão, então, contribuições são sempre bem-vindas!

Entre em contato:
<https://forms.gle/F6CznMvQsaYCu1kLA>

Categorias de análise socioespacial

Este é um espaço para contribuições a respeito do instrumento de análise socioespacial compartilhado! Queremos saber o que você tem a dizer!

***Obrigatório**

Endereço de e-mail *

Seu e-mail

Nome completo *

Sua resposta

Como teve acesso ao instrumento? *

Sua resposta

Você é: *

Professor(a)

Estudante

Profissional da área

Compartilhe suas percepções: *

Sua resposta

<https://forms.gle/F6CznMvQsaYCu1kLA>

Fonte: Elaboração própria.

Além do compartilhamento físico do material, tão logo a volta das atividades presenciais seja possível, os resultados da pesquisa serão divulgados em site público para facilitar o acesso aos materiais que deram origem ao instrumento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações estabelecidas entre seres humanos e espaços são tradicionalmente elementos de análise utilizados em uma etapa pós-ocupação. No entanto, pensar essa relação ainda em etapas preconcepção do projeto pode trazer contribuições para a proposição de intervenções espaciais mais adequadas ao contexto local e ao modo de viver da população que vai utilizar esses espaços. Nesse sentido, compartilhar um instrumento de análise socioespacial a partir de categorias pré-estabelecidas, pode facilitar a consideração desses fatores ainda no início do processo de projeto em arquitetura e urbanismo.

Surgiu também como motivação para o desenvolvimento dessa pesquisa, a possibilidade de aplicação dos conhecimentos elaborados durante os estudos do doutorado, ultrapassando o universo da pós-graduação e acessando de forma positiva o processo formativo de arquitetos e urbanistas, de maneira a encorajar reflexões acerca de relações socioculturais presentes nas propostas espaciais desenvolvidas durante a graduação.

Com a Pandemia de COVID-19 impossibilitando a participação em atividades presenciais das disciplinas de projeto propostas na ideia inicial da pesquisa, abriu-se outra perspectiva, o estudo das categorias já existentes frente ao processo atual de formação. Com essa experiência foi possível acessar os estudantes de maneira remota, o que permitiu melhor documentação das apresentações de projeto e também a compreensão mais isenta das propostas, já que a pesquisadora não participou do processo de desenvolvimento dos projetos ao longo do semestre e apenas assistiu a apresentação dos resultados finais.

Esse estudo buscou identificar em que medida aspectos ligados à análise socioespacial foram considerados nas propostas apresentadas e estudar as categorias de análise anteriormente identificadas, a fim de verificar sua relevância e aderência frente as diferentes etapas do processo formativo de arquitetos e urbanistas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Os resultados da análise levam à conclusão que todas as categorias podem ser contempladas mesmo considerando a diversidade de temáticas e escalas de intervenção. A análise dos projetos também possibilitou o agrupamento de duas categorias, haja visto que os resultados da análise a partir de ambas eram muito similares. Outro aspecto identificado foi que ao considerar a participação ou escuta de possíveis usuário nos processos de projeto, abordando assim a categoria “Diálogo e participação”, as demais categorias eram naturalmente contempladas. Se de um lado essa conclusão evidencia a importância da utilização de instrumentos para processos de projetos mais participativos, indica também a necessidade de instrumentalizar os estudantes para essa prática, abordando metodologias participativas que possam ser aplicadas em diferentes contextos e escalas de projeto.

Essa instrumentalização surge como elemento fundamental para que as categorias de análise possam fazer parte das primeiras etapas de projeto. Nesse sentido, entende-se a necessidade de aprofundar e criar técnicas mais objetivas para que os estudantes possam utilizar essas categorias e o instrumento apresentado, apresenta-se como um estudo preliminar nesse sentido.

O estudo dos projetos em relação às análises socioespaciais, leva ao entendimento de que esses fatores são considerados, mesmo que parcialmente em alguns casos, pelos estudantes, fruto de um processo formativo que incentiva essas reflexões desde as primeiras fases da graduação. Nesse sentido, surge um questionamento sobre como essa instrução profissional ocorre em outros contextos da área, em universidades privadas por exemplo.

Finalmente, entende-se que os processos de projeto em arquitetura e urbanismo, devem ser compreendidos como um caminho, configurado por uma série de escolhas, próprias de cada projetista e do contexto específico no qual se presente interferir espacialmente. No entanto, oferecer estratégias claras e aplicáveis para que aspectos socioculturais sejam considerados desde de as primeiras etapas do processo, contribui para a elaboração de espaços mais adequados às necessidades humanas e com maior potencial de se apresentarem como instrumento de afirmação cultural, reconhecimento da diversidade humana e com maiores índices de satisfação dos usuários.

6. REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, C. *Notes on the synthesis of form*. McGraw Hill, Nova York, (1964).
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1958.
- BARKER, R. G. **Ecological psychology**. Stanford: Stanford University Press, 1968.
- BARKER, R. G., e H. F. WHIGHT. **Midwest and its children. The psychological ecology of an American town**. New York: Evanston, 1954.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BONNES, M., SECCHIAROLI, G. **Environmental Psychology a psycho-social introduction**. Londres: Sange, 1995.
- CHAVES, Filipe Souza. **Proposta para uma Cidade Universitária em São José – SC**. Trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo. UFSC. 2020.
- CUNHA, Ananda Dias da. **Centro de terapia ocupacional de apoio Psicológico**. Proposta de intervenção espacial desenvolvida nas disciplinas ARQ 5637 Projeto arquitetônico V e ARQ 5638 Projeto arquitetônico V. UFSC. 2020.
- DALSENTER, Marcella Luiza Vettori. **Cidade, patrimônio e cotidiano: Proposta de diretrizes urbanas para a valorização das rugosidades da Rua General Bittencout**. Trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo. UFSC. 2020.
- DILL, Fernanda Machado. **Linguagem Socioespacial: A dimensão espacial do modo de viver Kaingang**. Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC. Doutorado. 2019.
- ELALI, Gleice Azambuja, e Samia Thaís Feijó de Medeiros. “Apego ao Lugar.” In: **Temas básicos da Psicologia Ambiental**, por Sylvia CAVALCANTI e Gleice A. ELALI, 53-62. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GEERTZ, Clifford. **Dilemas de La Cultura: Antropologia, literatura y arte en la perspectiva posmoderna**. Barcelona: Gedisa, 2001.
- GERALDO, Natália; NOLIO, Thais; CHINALHA, Ana Beatriz; CARVALHO, Beatriz; RAMOS, Stephany. **Centralidade Bosque das Palmeiras**. Proposta de intervenção espacial desenvolvida na disciplina ARQ 5603 Urbanismo e Paisagismo II. UFSC. 2020.
- GIBSON, J. **La percepción del mundo visual**. Buenos Aires: Ediciones Infinito. 1974.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GIFFORD, Robert. **Environmental Psychology: Principles and Practice**. Wa: Colville: Optimal books, 2007.

GUIMARÃES, Letícia Sampaio; BANDINI, Verônica; ZUQUIERI, Giovanna; MILANEZ; Juliana MELO, Thainá. **Centralidade urbana em Parque tecnológico**. Proposta de intervenção espacial desenvolvida na disciplina ARQ 5603 Urbanismo e Paisagismo II. UFSC.2020.

HALL, Stuart. “Quem precisa de Identidade?” In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**, por Tomaz Tadeu da SILVA, 103-133. Petropolis: Vozes, 2005.

HILLIER, Bill, e Julienne. HANSON. **The Social Logic of Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

KEESING, R. **Theories of Culture**. Annual review of Anthropology, Vol.03.1974.

KING, A. “Re-presenting World Cities: Cultural Theory/Social Practice in Knox.” In: **Worlds Cities in a World System**, por P. P. & Taylor. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

HOLLERWEGER, Flavia Lagni; WENDHAUSEN, Laís Amorim; BORBA, Laura Pagani de; SOUZA, Marina Cecília de; JUNCKES, Nicole Rodrigues. **Proposta urbanística para o Setor 3**. Proposta de intervenção espacial desenvolvida na disciplina ARQ 5606 Urbanismo e paisagismo IV. UFSC.2020.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K.; BIANCHI, G.; PETRECHE, J. R. D. **A criatividade no processo de projeto**. In: KOWALTOWSKI, D. C. C. K. et al. (org.). **O processo de projeto em arquitetura: da teoria à tecnologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. p. 21-56.

KUPER, Adan. “Cultura, diferença, identidade”. In: **Cultura: a visão dos antropólogos**. Tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros, por Adan KUPER, pp.287-318. . Bauru: EDUSC, 2002.

LAWSON, B. **Como os arquitetos e designers pensam**. São Paulo: Oficina de textos, 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Estruturalismo e crítica.” In: **Estruturalismo: antologia de textos teóricos**, por E. PRADO COELHO, 393-396. Lisboa: : Portugália Editora , 1968.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade (1918) : Tradução Jeferson Luiz Camargo**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MALARD, M. **As Aparências em Arquitetura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARTÍNEZ, A. C. **Ensaio sobre o projeto**. Brasília: Editora da UNB, 2000

MANN, Peter H. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MANZINI, E. J. “A entrevista na pesquisa social.” *Didática* v.27, 1991: p. 149-158.

MENEZES, Thayse. **Territorialidades e a Arquitetura como objeto da História que a História não conta: a presença indígena em Florianópolis e a sua luta pelo direito à cidade**. Trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo. UFSC.2020.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOSER, G. **A psicologia ambiental: competência e contornos de uma disciplina. Comentários a partir das contribuições.** *Psicologia USP*, 2005: 279-294.

MOREIRA, D. de C. Introdução. In: KOWALTOWSKI, D. C. C. K. et al. (Org.). **O processo de projeto em arquitetura: da teoria à tecnologia.** São Paulo: Oficina de Textos, 2013. p. 9-12.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

PIRES, Carolina Fernanda Bundchen; SALA, Gabriel Sappino; WOLF, Luisa Pfitzer; SCHWEITZER, Gisele Steffani; KOEHLER, Rúbia Diogo. **Proposta urbanística para o Setor 4.** Proposta de intervenção espacial desenvolvida na disciplina ARQ 5606 Urbanismo e paisagismo IV. UFSC.2020.

PINHEIRO, J. Q., ELALI, G. A. *Comportamento socioespacial humano.* In: S. CAVALCANTE, & G. A. ELALI, **Temas básicos em Psicologia Ambiental** (pp. 144-158). Petrópolis: Vozes.2011.

PRADO, Ana Beatriz Caetano. **Carangueirão.** Proposta de intervenção espacial desenvolvida na disciplina ARQ 5633 Projeto arquitetônico e paisagístico I. UFSC.2020.

RASMUSSEN, S. E. **Arquitetura vivenciada.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las Ciencias Sociales con el diseño de la forma urbana.** Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

RAPOPORT, Amos. "Hechos y Modelos." In: **Metodologia del Diseño Arquitectonico**, por Geoffrey BROADBENT, p. 297-323. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1971.

RAPOPORT, Amos, e Sabine El Sayegh. **Culture, architecture, and design.** Locke science publishing Company, 2005.

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel. 1985.

SCHNEIDER, David. **American Kinship: A Cultural Account.** Nova Jersey: Prentice Hall, 1968.

SCHÖN, D. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, E. **Uma introdução ao projeto arquitetônico.** Porto Alegre: Editora da URS, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Arthur Furtado. **Isto não é um hospital: Hospital integrativo e multidisciplinar para doenças inflamatórias intestinais.** Trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo. UFSC.2020.

SILVEIRA, Bruna. **Arquitetura Itinerante Infantil.** Proposta de intervenção espacial desenvolvida na disciplina ARQ 5633 Projeto arquitetônico e paisagístico I. UFSC.2020.

SOMMER, B. B., SOMMER, R. **A practical guide to behavioral research: Tools and techniques.** Nova York: A practical guide to behavioral research: Tools and techniques.1986.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

TYLOR, Edward. **Primitive Culture.** Londres: John Mursay & Co., 1958.

UNWIN, Simon. **A análise da arquitetura.** *Tradução técnica: Alexandre Salvaterra.* Porto Alegre: Bookman, 2013.

VALENTINI, Renata. **Edifício multifuncional.** Proposta de intervenção espacial desenvolvida nas disciplinas ARQ 5637 Projeto arquitetônico V e ARQ 5638 Projeto arquitetônico V. UFSC.2020.

APÊNDICE 01

Categorias de análise socioespacial aplicadas em comunidades Kaingang.

Para auxiliar na compreensão da análise proposta nesse instrumento, a seguir são descritas as categorias tomando-se como objeto as comunidades indígenas Kaingang.

Contraste, equilíbrio e mutualidade.

Compreender esta lógica implica em considerar que os Kaingang necessitam de contraste para conceber seu cotidiano e os lugares que habitam. Os conflitos internos, recorrentes nas comunidades, especialmente quando se trata da discussão de um projeto para o espaço da mesma, é fundamental e faz parte da cultura, uma vez que cria a possibilidade de posicionamentos diferentes, por vezes opostos, se manifestarem fazendo com que diversos olhares sejam considerados até chegar à decisão coletiva final.

Ao pensar intervenções espaciais na perspectiva contemporânea, além de contemplar matérias-primas e formas geométricas que representem as duas metades tribais Kamé e Kairu, é necessário equilibrar também aspectos indígenas e não indígenas, na medida em que as comunidades manifestaram interesse na utilização de novas tecnologias construtivas e materiais inovadores para suas edificações.

Atualmente é possível reconhecer que uma nova ordem complementar está estabelecida entre o mundo indígena e o não-indígena, na qual superadas as relações de exploração e desrespeito, cada povo contribui com sua “bagagem” para equilibrar a vida do outro. Essa nova configuração sociocultural, reafirma a cultura como um sistema de conhecimento, de troca e de transformação, construído na relação com o outro, e possibilitando novas interpretações do modo de viver de cada povo, ou mesmo de cada indivíduo.

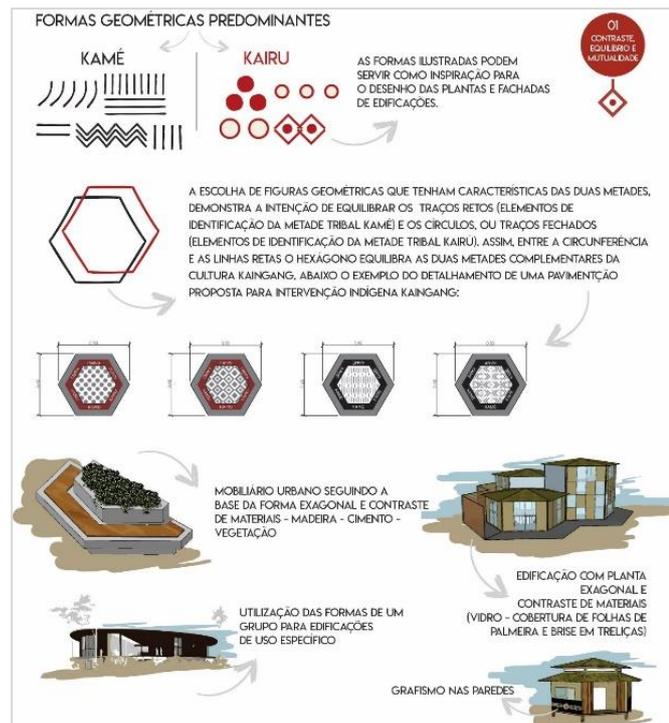
“Cada ser humano enxerga o mundo a partir de sua “lente”, isto é, de suas experiências e da bagagem cultural e intelectual que carrega” (DILL, 2016, p. 164) e essa multiplicidade de experiências faz com que, através de trocas mútuas com o espaço que habita, a comunidade transforme suas práticas cotidianas, ao passo que existe um mosaico de influências indígenas e não-indígenas desde o arranjo físico-urbanístico até a forma e o emprego de materiais nas edificações.

O equilíbrio na utilização das formas, tecnologias construtivas, escolha de matérias primas e funções dos espaços, torna-se um requisito para projetos de lugares de uso coletivo. Complementarmente, ao propor uma residência, ou uma edificação de uso privado ou restrito, podem-se priorizar as características que representam a metade à qual seu usuário pertence.

Pensar espaços a partir do conceito de equilíbrio entre aspectos contrastantes e fundamentar essa escolha projetual na dualidade Kaingang pode criar uma identificação significativa das pessoas com os lugares propostos.

A seguir, na figura 01 são ilustradas algumas possibilidades de representação espacial construídas a partir desses conceitos:

Figura 01: Estudos espaciais da categoria de análise 01



Fonte: Elaborado pela autora

Destacam-se, conforme a ilustração, a utilização de formas contrastantes, que representam as duas metades, ou a equalização entre as duas formas predominantes, como o caso do hexágono. São apresentados também a diversidade de materiais utilizados, tecnologias construtivas e identificações com o grafismo Kaingang posicionado nas paredes externas às edificações.

Fronteiras simbólicas e espaciais

Em decorrência do longo processo de exploração vivenciado pelos povos indígenas e as dificuldades para a conquista do território atualmente ocupado por eles, notam-se algumas medidas de proteção e cautela por parte das lideranças no que diz respeito à inserção de não indígenas nas comunidades e também às necessidades de afirmação da posse das terras indígenas.

Durante a realização da pesquisa observou-se que os lugares aos quais se tinha acesso, principalmente da fase exploratória, independente do grupo indígena que estivesse colaborando, faziam parte sempre da mesma área, isto é, os lugares evidenciados pelo grupo eram sempre os mesmos. Raras foram às vezes que as caminhadas contemplaram um refúgio em meio à mata

preservada, ou a visita em um córrego de água pouco frequentado¹⁹. A recorrência dessas observações levou à identificação de áreas denominadas de interface, localizadas majoritariamente a partir das entradas das terras indígenas até as centralidades que concentram as edificações de uso coletivo, maior densidade populacional e facilidade de acesso em relação aos centros urbanos. Nesse espaço os Kaingang buscam a articulação e troca com a sociedade não indígena, através de equipamentos públicos, comercialização do artesanato, realização de cerimoniais e rituais nas semanas comemorativas, enfim, um cenário, criado para que possam mostrar as especificidades de sua cultura e conquistarem o respeito da sociedade do entorno a partir da identificação de uma paisagem familiar.

Este contexto não promove um espaço inautêntico, pelo contrário, é uma demonstração de afirmação cultural, das diferenças existentes entre culturas e consolidação da interculturalidade. Representa também um alerta, como se ainda não houvessem condições de expressar seu modo de viver livremente, de forma que as especificidades culturais compartilhadas, são antes escolhidas, filtradas e adaptadas. Nessa situação, os indígenas tornam-se protagonistas do seu espaço, eles escolhem e detêm o controle sobre o que querem ou não mostrar, quem pode ou não entrar no território e, até onde os não indígenas podem ir, interagir ou mesmo intervir.

Por outro lado, quando considerado o restante do território, percebe-se outra dinâmica espacial, chamadas de áreas de refúgio, marcadas pelo uso dos espaços mais relacionados à necessidade humana do que a convenções ou padrões formais de uso e ocupação. As residências são construídas com materiais disponíveis no entorno sendo encontradas nas paredes das casas, além de alvenaria e madeira, materiais como lonas, chapas metálicas, telhas e em algumas, mais tradicionais, troncos, folhas de árvores, etc. As estradas são mais estreitas, com pouco cascalho e preveem a passagem de apenas um veículo por vez.

Nesse espaço observa-se maior preservação da mata, o habitat dos animais nativos (macacos, tatus, quatis, etc.) que segundo a comunidade estão voltando, ficando cada vez mais próximos das casas. Essa mata também oferece material base para o artesanato (cipó e taquara) e os remédios que os anciãos colhem para oferecer para toda a comunidade.

O que se observa é uma lógica de ocupação de mínima interferência na natureza, de forma que as apropriações humanas são efêmeras e possibilitam a pronta recuperação dos recursos naturais caso sejam abandonadas. Muitos cursos de água também ficam preservados dos acessos para não indígenas e os locais onde os mais velhos fazem orações e meditações se localizam nessas matas. É relevante colocar os aspectos observados não são apenas positivos, pois em muitos desses lugares, não existe energia elétrica, nem sistemas de saneamento e, as famílias vivem em situação de extrema pobreza.

¹⁹ O acesso livre à aldeia só ocorreu a partir da pesquisa participante, com a consolidação dos laços afetivos e da relação de confiança mútua.

Apesar da adaptação da comunidade a essa realidade, os moradores são unânimes em afirmar que gostariam de ter acesso a essa infraestrutura básica.

Acredita-se que essa distinção promove a construção de duas Imagens distintas nas aldeias e de duas áreas de influências, a primeira, marcada pela interculturalidade, e a segunda, mais profunda e restrita ao modo de viver Kaingang.

É notável que a maior parte da sociedade envolvente ainda não compreende a cultura indígena Kaingang, como uma estrutura dinâmica, passível de alterações, de apropriação de novas tecnologias e de transformação, afirmando erroneamente a ideia de que os povos indígenas devem permanecer estagnados, vivendo isolados em meio à mata. Por outro lado, os indígenas, em função do passado de seu povo, pautado na exploração e desrespeito, não estabelece uma relação de igualdade com os não indígenas, criando um “envoltório invisível” na própria aldeia para que apenas as colaborações que autorizarem possam penetrar e a comunidade se mantenha protegida de mais exploração e julgamento.

Outra questão que faz com que se construa essa fronteira entre o que se quer mostrar e o que se quer preservar tem ligação com o conceito de apego ao lugar construído historicamente. Foram décadas de luta em prol da conquista dos territórios, diferentes fases da relação estabelecida entre lugar e comunidade devido a vivência ou distanciamento de seus territórios tradicionais. Este contexto gera a elaboração de laços com o lugar que ainda estão em processo de retomada e ressignificação e por isso precisam ser reservados aos olhos das comunidades.

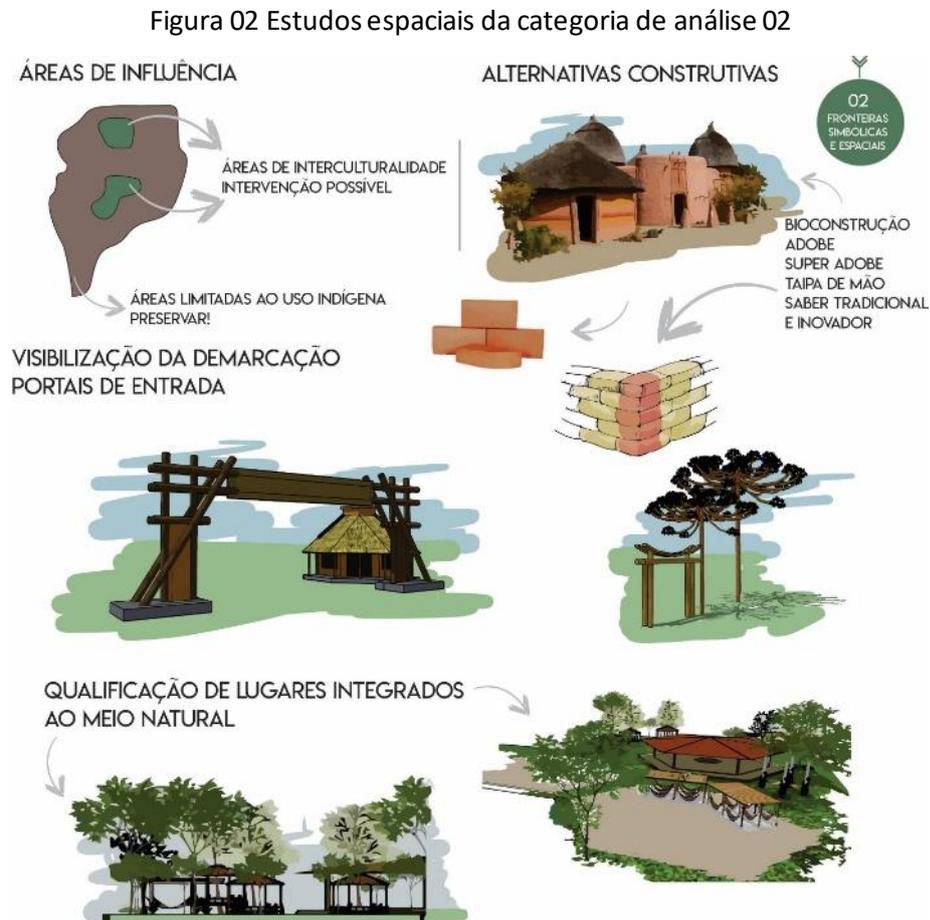
Com base nessas reflexões, é fundamental reconhecer essa divisão no espaço, essas fronteiras simbólicas estabelecidas e respeitar os limites que essa dinâmica prevê ao pensar intervenções urbanísticas e arquitetônicas para essas comunidades. Nesse sentido, só é possível compreender esse espaço de interface da comunidade, passível de intervenções, ao conhecer a cultura desse povo, respeitar seu modo de viver e considerar a construção cultural e espacial contemporânea como um todo multifacetado, elaborado nas relações com outros povos e com diversas possibilidades de interpretação, construídas a partir da participação da comunidade e não apenas com o olhar externo do profissional de arquitetura e urbanismo.

Esta categoria de análise salienta a manifestação dos indígenas de tornar algumas dessas fronteiras, além de simbólicas, demarcadas espacialmente, com a materialização dos limites do território. A inserção de portais, totens e programação visual de sinalização adequada que indiquem aos não indígenas que estão em território Kaingang, pode representar a conquista do direito que viver sob suas próprias regras no interior dos seus territórios.

Evidencia-se que, independente da escala ou local escolhido para intervenções espaciais, há obrigatoriedade em afirmar a reciprocidade em relação à natureza, provedora da vida e dos meios de

manutenção da cultura Kaingang. Por isso, as propostas devem contemplar estratégias de preservação e, se possível, restauração ambiental.

A figura 02 abaixo ilustra algumas possibilidades de espacialização fundamentadas nesta categoria de análise:



Fonte: Elaborado pela autora

Destaca-se, através do primeiro esquema gráfico a identificação de áreas de interface e de áreas limitadas ao uso indígena, nas quais não se deve interferir. Outros elementos espaciais evidenciados são: a construção dos portais de delimitação da área indígena, a utilização de tecnologias construtivas pautadas na bioconstrução e que proporcionem relações mais equilibradas e integradas com o meio natural pré-existente e a qualificação e criação de lugares que possam conectar usuário e natureza.

Unidades domésticas e de vizinhança

Observar e compreender a organização das edificações residenciais a partir dos grupos familiares é fundamental para compreender a configuração espacial das comunidades Kaingang que se estruturam a partir desses agrupamentos. Esse aspecto cultural compreende também o surgimento de espaços específicos para que determinadas práticas cotidianas possam se desenvolver, por isso são

agrupados a eles, a matrilocidade, a educação indígena familiar, o artesanato, a língua Kaingang e a hierarquia entre gerações conforme a figura 03 abaixo:

Figura 03: Categoria de análise 03 - Aspectos culturais



Fonte: Elaborado pela autora

A categoria denominada unidades domésticas e de vizinhança analisa possibilidades de organização planejada dessas residências com possível identificação da casa do ancião ou anciã e a inclusão de estruturas de uso coletivo do grupo familiar a fim de dar suporte às práticas culturais cotidianas.

Ao considerar a hierarquia entre gerações, isto é, a valorização e respeito aos conhecimentos dos mais velhos e sua responsabilidade na educação indígena familiar, sugere-se a criação de espaços específicos, para que os conhecimentos possam ser passados de geração para a geração através da oralidade, elemento fundamental da cultura Kaingang.

Nota-se que a presença do fogo de chão nas residências ou mesmo a estrutura construída entre casas, convida os moradores e parentes próximos a sentarem em torno desse fogo em dias mais frios, ou aproveitar áreas sombreadas compartilhadas em dias quentes. Essa ação incentiva o diálogo, faz com que os mais velhos se sintam convidados a contar histórias do passado, os mais novos por sua vez, têm a oportunidade de aprender sobre a cultura. Essa experiência ficará marcada na memória afetiva dessas pessoas, principalmente dos mais jovens, fazendo com que no futuro sintam vontade de reviver experiências similares, contando histórias aos seus filhos e netos, fazendo com que essa tradição se perpetue.

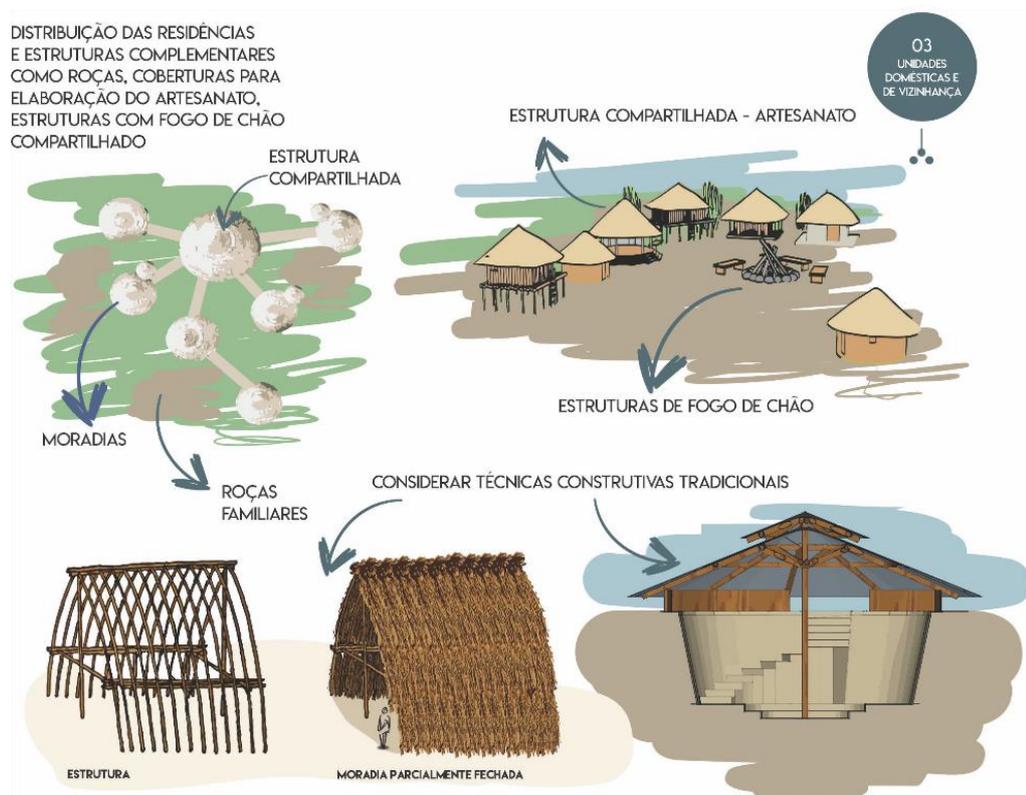
A presença do fogo de chão produz um espaço intergeracional, aproxima as pessoas e cria um cenário adequado a convivência, a fala da língua Kaingang e ensino do artesanato. Orienta-se que a elaboração de estruturas de madeira, cobertura de folhas de palmeira, e a possibilidade de fechamentos em treliças trançadas pela própria família, valorizam o saber fazer tradicional, aproximam as crianças do meio natural e podem inclusive proporcionar o conhecimento sobre as metades tribais Kamé e Kairu.

Outro foco dos ensinamentos é o artesanato, a alimentação e o tratamento com ervas medicinais, para tanto, vale o esforço de localizar os agrupamentos próximos à mata, facilitando a coleta tanto da

matéria prima para o artesanato quando dos remédios do mato, incentivando também atividades de caça. Sugere-se ainda que os grupos familiares possam ter a sua disposição pequenas roças para que cultivem alimentação tradicional como mandioca, feijão, milho e reduzam o consumo de alimentos industrializados.

A observação dessas características possibilita além da valorização dos anciãos, o reforço dos vínculos familiares, a vivência cotidiana da cultura, a melhoria de condições de saúde e o resgate dos laços de comunidade e coletividade no interior dos grupos. Algumas possibilidades de espacialização dessa categoria são apresentadas na figura 04:

Figura 04: Estudos espaciais da categoria de análise 03



Fonte: Elaborado pela autora

Entre os estudos ilustrados, vale destacar a configuração espacial que privilegia a localização das residências de acordo com os grupos familiares, a identificação ou criação de estruturas ou edificações compartilhadas no interior dos grupos e a utilização de tecnologias construtivas tradicionais e do fogo de chão, criando lugares de identificação cultural e convivência familiar.

Ambientes de manifestação cultural

As relações humanas se estabelecem em ambientes naturais ou projetados, que por sua vez, interferem nas práticas cotidianas. Partindo desse princípio, percebe-se nas aldeias que apesar da área de ambientes naturais ser ampla e muito utilizada pela comunidade, os espaços projetados têm grande

importância no sentido de possibilitar e abrigar relações interpessoais. Partindo desse princípio os aspectos culturais ligados ao grafismo, territorialidade, artesanato, Kujás, Ervas medicinais, Hierarquia entre gerações, língua Kaingang, Caça, coleta, roças - Alimentação tradicional, e Palcos da cultura foram agrupados para dar origem a esta categoria de análise, como ilustra a figura 143:

Nota-se que quando existe um ambiente projetado, ou pensado para receber determinada atividade, cria-se o contexto para que a mesma aconteça. Por outro lado, sem espaços específicos, algumas atividades também são impossibilitadas de acontecer. Assim, esta categoria de análise surge como uma derivação da anterior, na medida em que amplia os conceitos de manifestação dos grupos familiares, para espaços de uso coletivos, acessados por indígenas e não indígenas, dentro e fora das comunidades.

No interior das aldeias, destacam-se as escolas, os lugares de realização das semanas culturais, os ginásios de esporte e os centros culturais pretendidos. A partir da mesma concepção, pautada no diálogo intercultural, emerge a possibilidade da criação desses centros culturais também fora das comunidades, localizados por exemplo, em suas terras tradicionais quando estas estão fora dos limites de seu território, como é o caso da R.I. Aldeia Kondá. Acredita-se que estas ações valorizam a cultura Kaingang e promovem o diálogo intercultural, gerando conhecimento e respeito entre povos²⁰.

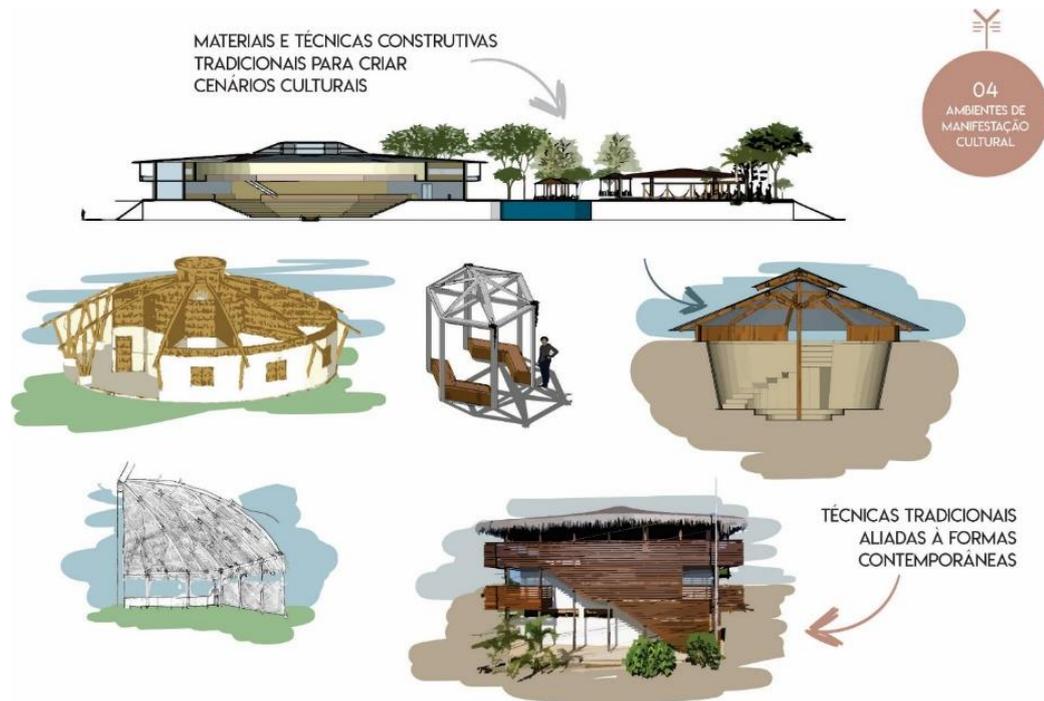
Para a concepção desses espaços, sugere-se considerar as informações destacadas nas categorias anteriormente mencionadas, fazendo as devidas adequações quanto à escala da intervenção. Surge então a possibilidade de espacialização dos grafismos que configuram o dualismo Kaingang com sua utilização nas formas, materiais e cores, a criação de ambientes pra o ensino e comercialização do artesanato e das ervas medicinais.

As comunidades manifestam o desejo de retomar e valorizar algumas técnicas construtivas tradicionais com o uso de estruturas subterrâneas, fogo de chão, mobiliário elaborado com troncos de árvores, piso de chão batido e demais estratégias que funcionam como um convite à contação de histórias, promovem auto aceitação e orgulho de ser indígena, incentivando a fala da língua Kaingang, valorizando os anciãos e a cultura tradicional.

A percepção individual e coletiva se constrói a partir do compromisso de interação com o espaço e não apenas de sua contemplação. O apego ao lugar se apresenta na interdependência entre ambiente e comportamento, onde há direta interferência de fatores socioculturais para a conformação do comportamento socioespacial. A figura 05 abaixo, ilustra algumas possibilidades de aplicação de esta categoria de análise em edificações específicas para a prática de atividades culturais.

Figura 05: Estudos espaciais da categoria de análise 04

²⁰ No caderno de campo está presente um projeto realizado em parceria com a comunidade para um sistema de espaços livre no centro da cidade de Chapecó que possa contar a história da cidade a partir do olhar de seu povo tradicional.



Fonte: Elaborado pela autora

Sugere-se como elemento fundamental, articular técnicas construtivas tradicionais, formas e materiais tradicionais e contemporâneos, gerando projetos contextualizados ao lugar e ao tempo no qual são desenvolvidos.

Valores comunitários

Esta categoria tem o objetivo de indicar estratégias de organização do espaço que podem apoiar o resgate e a afirmação de alguns valores comunitários indígenas. Entre eles destacam-se a territorialidade, a noção de comunidade, a equidade entre gêneros, os deslocamentos territoriais Kaingang, a coletividade e as relações entre público e privado como ilustra a figura 6.

Figura 6: Categoria de análise 05 - Aspectos culturais



Fonte: Elaborado pela autora

Ao abordar o conceito de espaços públicos e privados, é inevitável a associação deste com posse, o privado possui limites de acesso claros, motivados pela delimitação da propriedade. Enquanto que os espaços públicos estão sob a responsabilidade do estado, servem ao coletivo, e tem seu acesso aberto a toda a população, ou pelo menos deveriam ter.

Nas comunidades indígenas percebe-se certo deslocamento conceitual, onde os espaços públicos caracterizam-se como marcos para a afirmação cultural e os espaços privados, nada tem a ver com propriedade, já que a terra é um elemento de uso coletivo e tem sua posse compartilhada entre membros da comunidade. Para compreender essa relação, busca-se suporte na história.

Além das casas não apresentarem cerca, ou delimitação de lotes, os caminhos criados pelos moradores revelam um sentimento de propriedade coletiva que se sobrepõe a individual na medida em que esses caminhos passam muito próximos das portas e janelas das casas e isso não causa sentimento de invasão ou falta de privacidade. Percebe-se assim que as fronteiras, os limites são estabelecidos de forma social e não física.

O território da aldeia de forma geral é coletivo. Não se observa a predominância de grupos específicos se apropriando de determinados espaços públicos, na maioria das vezes foram observados grupos mistos, de jovem, crianças e pessoas mais idosas conversando, ou tomando chimarrão nas poucas áreas de lazer existentes.

Outro fator que reforça esse sentimento de território coletivo está diretamente ligado às formas arquitetônicas. Quando questionados sobre a aldeia ideal, a maioria dos participantes sugeriu uma forma única para todas as residências e apenas os lugares de uso coletivo da comunidade teriam arquitetura ou dimensões diferenciadas.

A privacidade limita-se ao interior das residências, onde os poucos pertences particulares são guardados, confirmando a noção de não acúmulo destacada anteriormente.

Acredita-se então, na arquitetura como possibilidade de emoldurar paisagens, contemplar intenções e proporcionar um espaço comunitário de interação humana tanto para as moradias, quanto para os espaços públicos.

Quanto à forma arquitetônica sugerida para as moradias, nota-se que mesmo que exista o anseio de que sejam todas semelhantes, seguindo um padrão que manifesta a igualdade entre os membros da comunidade, é fundamental exista a possibilidade de personalizações e adaptações de acordo com o grupo ao qual pertencem, número de moradores e outros fatores que possam surgir. Essa medida garante aproximação das moradias com as necessidades dos usuários, diminui as intervenções posteriores não planejadas para adaptação, representa a possibilidade de resgatar aspectos do modo de viver indígena e se torna motivo de orgulho para as novas gerações.

Algumas estruturas são novamente colocadas como fundamentais: o fogo de chão no interior das residências, banheiros individuais para as casas, varanda para a fabricação do artesanato e o uso de materiais mais naturais como as esteiras de taquara por exemplo. Além de garantirem a qualidade das habitações, possibilitam a afirmação do modo de viver Kaingang.

Quando são abordadas as edificações de uso coletivo, as mesmas preocupações permanecem. Entende-se que além de abrigar as atividades para as quais são destinadas, devem representar os

valores e intenções da comunidade perante sociedade não indígena através da sua forma, dos materiais e das experiências que podem proporcionar, conforme contemplado na categoria descrita anteriormente.

Esse contexto revela ainda que a noção de territorialidade e identidade organiza o comportamento e a vida em termos sociais. O sentimento de pertencimento estabelecido com o território e as regras de arranjo físico estabelecidas buscam respeitar a lógica da cultura em questão. O espaço habitado transcende o espaço geométrico e as interações sociais vão além de ações individuais, caracterizam-se como experiências quase sempre coletivas. Partindo desses princípios foram elaborados os estudos representados na figura 07:

Figura 07: Estudos espaciais da categoria de análise 05



Fonte: Elaborado pela autora

Como estratégia espacial de afirmação dos princípios acima elaborados, pode-se pensar certa padronização das habitações, caracterizando espacialmente a igualdade no interior da comunidade, a integração com o meio natural e a inspiração nas formas e cores da natureza para se pensar as edificações necessárias.

Participação e diálogo

A última categoria de análise identificada, articula os aspectos culturais ligados à autonomia das populações indígenas, ao seu protagonismo e participação nos processos de projetos que os têm como usuários (figura 08).

Figura 08: Categoria de análise 06 - Aspectos culturais



Fonte: Elaborado pela autora

Existe um movimento crescente, organizado principalmente por professores e lideranças indígenas, que luta para que os espaços públicos das aldeias seja ainda diferenciados, equilibrando valores tradicionais e as possibilidades trazidas com as novas tecnologias, mas é perceptível que sem o apoio da comunidade não indígena, as perspectivas de melhoria são limitadas. Isso ocorre como consequência de um longo processo de subestimação dos indígenas enquanto atores de sua própria história, com as práticas de tutela exercidas especialmente pela FUNAI e outros órgãos ligados ao Estado durante décadas.

Por isso essa pesquisa reforça a ideia de que é fundamental conhecer as dinâmicas sociais e aspectos subjetivos do grupo no qual se pretende realizar alguma intervenção arquitetônica ou urbanística, para que esse produto seja direcionado aos interesses desse grupo e isso só pode ser feito com a participação da comunidade como protagonistas no desenvolvimento dos seus espaços projetados.

Ações nesse sentido possibilitam o apego ao lugar nas três dimensões: a funcional, ao considerar que os espaços podem inibir ou encorajar movimentos e práticas, podendo assim gerar, tanto produção cultural em seu interior quanto estresse e intimidação; a simbólica, ao prever que a escolha de formas e materiais adequados podem trazer lembranças e criar identificação e, finalmente, a relacional que considera a interação dinâmica entre as relações sociais e as características do ambiente onde elas ocorrem.

Quando se projeta em parceria com os usuários, as pessoas se sentem parte da obra, o lugar passa a ser reconhecido pela comunidade e absorve o desejo de defender esse lugar, de estabelecer proximidade e envolvimento com o espaço, a redução das possibilidades de substituição ou abandono da obra e principalmente o sentimento de apego, orgulho, identificação, enraizamento e pertencimento, demonstrado na forma como a comunidade passa a interagir com e no lugar.

Este estudo não pretende elaborar uma receita projetual, pois acredita que a autonomia e experiências anteriores de cada projetista é um elemento fundamental para os projetos que elabora. Objetiva então, orientar o olhar de profissionais externos às comunidades para que possam ter um

ponto de partida para suas atuações, haja vista o impacto das intervenções identificadas no modo de viver indígena Kaingang e a complexidade que envolve a relação com essas comunidades.

Vale destacar que tanto a sociedade indígena quanto a não indígena, vivem um mesmo marco temporal, que se caracteriza por identidades múltiplas, crises de identidade e de pertencimento, no qual de um lado somos parte de um projeto de globalização que em certa medida homogeneiza, de outro é observada uma busca incessante pelas individualidades e do respeito à diferença, por isso, não se pretende supervalorizar um modo de viver em detrimento de outro, mas evidenciar as especificidades e as suas relações com os espaços produzidos para abrigar a vida humana.